

REVISTA
QUATRO
Águas



#FIQUEEMCASA

ÁGUA CRISE ECONÔMICA
AUXÍLIO EMERGENCIAL
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA SAÚDE
DISTANCIAMENTO SOCIAL



TRANSMISSÃO
ÁLCOOL EM GEL
LAVAR AS MÃOS
EXAME PREVENÇÃO
ISOLAMENTO
FALÊNCIA

UM NOVO NORMAL

Como os Comitês superaram o ano de 2020
e o que esperam do pós-pandemia.

RECUPERADOS
COMORBIDADES
COVID-19 HOSPITAL
MÁSCARA HIGIENE
DELIVERY
RESULTADO
AGLOMERAÇÃO

VACINA PANDEMIA
OMS CONTÁGIO
PROTOCOLO DE SAÚDE
SARS-COV-2



WEBINAR VÍRUS
QUARENTENA
HOME OFFICE
ACESSO À ÁGUA



Pandemia impõe novo
ritmo de trabalho
Pág.04



Monitoramento dos rios é
ampliado pelo Comitê Piabanha
Pág.10



Projeto Diagnóstico e
Intervenção consolida-se como
a política de PSA do CBH-R2R
Pág.20



Comitê lança Atlas da Bacia
Hidrográfica do BPSI
Pág.26



Editorial

A Revista Quatro Águas apresenta sua terceira edição, cuja produção aconteceu em meio a uma situação inesperada: uma pandemia. O novo Coronavírus nos imputou uma mudança de hábitos, comportamentos e ditou inimagináveis assuntos em rodas de conversa (virtuais, é claro). Por exemplo: saber onde encontrar álcool em gel, usar corretamente as máscaras de proteção, entender o que é média móvel de contaminação e lamentar profundamente pelos que se foram. Muitas vidas perdidas.

Em março, sentimos muito a perda do amigo e colega da Agevap, Paulo Eugenio, que trabalhava na UD1 com o Comitê Médio Paraíba do Sul. Sua dedicação ao Comitê e amizade sincera serão sempre lembrados com muito carinho e saudade.

Esta edição quer deixar registrada ainda a homenagem a dois membros que se foram este ano por conta do Coronavírus: José Carlos Lemgruber Porto (agosto) e Paulo Leite (setembro). Ambos ex-presidentes do Comitê Piabanha e incansáveis atuantes pelo fortalecimento do sistema de gestão dos recursos hídricos no Estado através da integração entre os comitês. E a Revista Quatro Águas é símbolo desta integração.

Desde sua primeira edição, publicada ao final de 2018, a Revista é focada em apresentar os trabalhos desempenhados pelos Comitês de Bacias – Médio Paraíba do Sul, Piabanha, Rio Dois Rios e Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana no ano de sua publicação. Em 2020 vivemos a construção de um Plano de Bacia, que atenda às necessidades específicas de cada região hidrográfica; a expectativa após a criação de um novo marco do Saneamento; e, no meio disso tudo encaramos o desafio de nos adaptar às adversidades da pandemia para não permitir que os trabalhos dos Comitês fossem prejudicados, mesmo com as medidas de isolamento social.

Mais uma vez, com a ajuda e participação de todos, temos a certeza de que iremos superar cada desafio para continuarmos cuidando das nossas águas.

Tenha uma boa leitura!

Equipe Quatro Águas

Índice

- 02 Que ano foi esse?!
- 03 O sonho da universalização dos serviços de água e esgoto
- 04 Pandemia impõe novo ritmo de trabalho
- 06 Balanço das ações e um novo ar de esperança para 2021
- 07 Editais MPS: processos seletivos de 2020
- 08 Fórum Fluminense como importante centro de tomadas de decisão
- 09 Conheça o Comitê Médio Paraíba do Sul
- 10 Monitoramento dos rios é ampliado pelo Comitê Piabanha
- 12 Plano de Capacitação é colocado em prática
- 13 Aprovado novo Plano de Comunicação
- 14 Iniciada a elaboração de projetos para os municípios selecionados em Edital de Esgotamento Sanitário
- 15 Conheça o Comitê Piabanha
- 16 Um novo normal
- 18 Os avanços nos Planos de Bacias
- 20 Projeto Diagnóstico e Intervenção consolida-se como a política de PSA do CBH-R2R
- 22 13 novas localidades da Bacia receberão investimentos do CBH-R2R: Projetos executivos do SES
- 23 AGente das Águas: monitoramento dos rios e educação ambiental / Comitê ajusta seu PAP
- 24 Programa de Capacitação Técnica é redimensionado
- 25 Conheça o Comitê Rio Dois Rios
- 26 Comitê lança Atlas da Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana
- 28 Comitê reforça a instalação de réguas em rios e lagoas da região
- 29 Lagoas da região: como o CBH-BPSI tem atuado por sua preservação
- 30 Divulgados os resultados do Edital SES / Edital nº 04/2018 - trabalhos técnicos e científicos em fase final de execução
- 31 Conheça o Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana
- 32 Prevenção: eventos adiados e adaptados reformulam agenda hídrica

PROTRATAR: integração entre comitês em prol da melhoria das águas – Verso da Contracapa

Expediente

Comitê Médio Paraíba do Sul

Presidente: José Arimathéa Oliveira
Vice-presidente: Vera Lúcia Teixeira
Secretária-executiva: Flávia Cristina de Almeida Cordovil Pires
Diretores: Edna Andrade de Azevedo, Márcia Cinira Neves e Vinícius Azevedo
www.cbhmedioparaiba.org.br

Comitê Piabanha

Presidente: Erika Cortines
Secretária-executiva: Julieta Laudelina de Paiva
Diretores: Bruno Evaristo de Carvalho, Laíze Rafaelle Aguiar dos Santos, José Paulo Soares de Azevedo e Rafaela Facchetti
www.comitepiabanha.org.br

Comitê Rio Dois Rios

Diretor Presidente: Lúcius de Sá Freire
Diretor Vice-presidente: Valbert Schott
Diretora Secretária-executiva: Alda Maria de Oliveira
Diretores: Alessandra Assunção, Jovino Fernandes de Azeredo Júnior e Mayná Coutinho Moraes
www.cbhriodoisrios.org.br

Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana

Diretor Presidente: João Gomes de Siqueira
Diretor Vice-presidente: Evaldo Gonçalves Júnior
Diretor Secretário-executivo: Carlos Ronald Macabu Arêas
Diretores administrativos: Fernando de Almeida Costa, Vicente de Paulo Santos de Oliveira e Zenilson Amaral Coutinho
www.cbhbaixoparaiba.org.br

"A Revista Quatro Águas é uma publicação oficial dos 4 CBHs afluentes fluminenses do Rio Paraíba do Sul, com periodicidade anual".

Coordenação Técnica:

Contato: agevap@agevap.org.br
www.agevap.org.br

Endereço: Rua Elza da Silva Duarte, 48 (loja 1A) – Manejo – Resende-RJ
Redação e reportagem: Monique Soares (Jornalista- Mtb 32497/RJ) – Especialista Adm. Comunicação (Agevap)
Núcleo de Revisão: Juliana Fernandes (Diretora) e Tatiana Ferraz (Gerente)
Revisão Final: Equipe DIGEA
Imagens: Arquivo Agevap
Layout e Diagramação: Regina Beer/Shout Publicidade
Impressão: COAN Indústria Gráfica - Tiragem: 3000 exemplares



Que ano foi esse?!

O ano de 2020 já começou de forma atípica. Logo nos primeiros dias do ano, moradores da capital fluminense começaram a relatar alterações na água que chegava às suas casas. Cheiro forte, cor turva, amarelada ou marrom e gosto ruim. A Cedae, Companhia Estadual de Água e Esgoto, tornou-se centro das atenções e com ela vários nomes passaram a ocupar com frequência o noticiário local e nacional, como por exemplo, o Rio

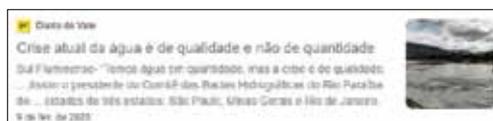
Guandu, o Rio Paraíba do Sul, o uso de carvão ativado para tratar a água, o contexto da privatização, a geosmina, entre outros. Alguns nomes viraram até tema de fantasia de Carnaval.

A Crise da Água, então, colocou a região em evidência. Por isso, foi recorrente no início do ano aparição de representantes de Comitês em noticiários locais e nacionais (ver fotos).

Representantes dos comitês de bacias hidrográficas se reúnem no Rio para debater crise da água

No encontro, foi apresentado estudo, elaborado pelo Comitê Guandu, com projetos para o tratamento de esgoto na região da Baixada Fluminense.

Por Lívia Torres e Eliane Maria, RJ 1
27/01/2020 19:03 - Atualizado há 7 meses



▼ Representantes do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas concedem entrevista para TV

Apesar da situação preocupante e caótica, aquela foi uma oportunidade de mostrar a todos como os Comitês atuam para tentar evitar e minimizar problemas como este. Ações como o Raio X do Esgotamento Sanitário, realizado pelo Comitê Médio Paraíba do Sul, por exemplo, que visa conhecer e entender os complexos processos que envolvem a gestão do esgotamento nos municípios e ao mesmo tempo preparar linhas de projeto para apoiar a gestão municipal nesse importante quesito que trata da qualidade das águas na nossa bacia. Tem ainda o Comitê Piabanha que tem reforçado ainda mais suas ações de Monitoramento dos Rios (leia na

pág.10). É importante citar também os Editais que financiam projetos de Esgotamento Sanitário nos municípios, lançados periodicamente por todos os Comitês Afluentes.

Além do Edital de Esgotamento Sanitário, que teve resultado esse ano (leia na pág.22), o Comitê Rio Dois Rios tem avançado no projeto Diagnóstico e Intervenção, realizando o diagnóstico das áreas de importância para a preservação de mananciais dentro da região hidrográfica de atuação do Comitê, a RH VII, e a partir deste diagnóstico são propostas ações de intervenção, que proporcionem a melhoria da qualidade e quantidade de água. O Comitê Baixo Paraíba do Sul

e Itabapoana, por sua vez, tem a sua Sala de Monitoramento, que é um espaço de informações para fomentar, coletar, organizar e disponibilizar dados da região para o suporte na tomada de decisão acerca das ações de relevância ao desenvolvimento ambiental da bacia.

Tudo isso em 2020

Em seguida, a crise hídrica no Rio de Janeiro cedeu espaço para outro assunto nos noticiários. A pandemia do novo Coronavírus. Ao longo desta edição você encontrará os desdobramentos deste assunto no contexto das atividades desenvolvidas pelos comitês para a gestão das águas. ♦

O sonho da universalização dos serviços de água e esgoto

A pandemia do novo Coronavírus retratou ainda mais a precariedade do saneamento básico no Brasil. Grande parte da população encontra dificuldade em executar medidas básicas de higiene como lavar as mãos, por exemplo. Dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS/2018), indicam que 35 milhões de pessoas não possuem água encanada em suas casas, 53% delas não contam com rede coletora de esgotos disponível e, dos despejos que são coletados, 46% não passam por nenhum tipo de tratamento antes de alcançar praias, rios, lençóis freáticos e córregos. Além disso, quase 40% da água que é tratada em todos os estados é desperdiçada devido à necessidade de manutenção nas linhas de distribuição e fraudes ao sistema de abastecimento.

A Lei Federal 14.026, sancionada em 2020, atualiza o marco legal do saneamento básico na medida em que altera a Lei 11.445/2007 e diversos outros dispositivos legais sobre o tema. De maneira bastante ampla, os principais pilares da nova Lei são:

- as metas para a universalização dos serviços até dezembro de 2033, sendo 99% para o abastecimento de água e 90% para o esgotamento sanitário;
- a normatização regulatória pela ANA;
- os contratos de concessão feitos por licitação; e
- o incentivo à prestação regionalizada dos serviços.

O novo marco legal altera a Lei 9.984/2000, que dispõe sobre a criação e competências da Agência Nacional de Águas (ANA), que passa a ter o nome de Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, mantendo a mesma sigla. Agora, a ANA, além de implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos, será responsável também pela instituição de normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico.

Em entrevista concedida à Revista Quatro Águas, o Engenheiro Civil e Mestre em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos pela Universidade Federal de Minas Gerais, Tiago von Sperling, esclarece alguns pontos sobre a nova lei. Tiago atua como coordenador e engenheiro de projetos no setor de saneamento básico desde 2007, com experiência em sistemas de esgotamento sanitário, sistemas de abastecimento de água, planos diretores, planos municipais de saneamento básico e consultoria especializada.

Revista Quatro Águas: O que são as normas de referência?

Tiago von Sperling: Atualmente no país não existem regras claras a serem seguidas para a regulação dos serviços de saneamento, gerando muitas vezes riscos regulatórios e insegurança jurídica. Portanto, as normas de referência são diretrizes gerais a serem editadas pela ANA de forma a orientar, tanto os titulares dos serviços, como as agências reguladoras locais.

Revista Quatro Águas: Como funciona a consulta pública realizada em 2020 e o que pode se esperar para 2021?

Tiago von Sperling: Logo após a sanção da Lei 14.026/2020, a ANA propôs uma Agenda Regulatória para um horizonte de dois anos (2021-2022) sobre os temas prioritários que deverão ser editadas as normas. No segundo semestre deste ano foi aberto um período de consulta pública, recebendo contribuições da sociedade sobre todos os temas da Agenda Regulatória. Para 2021, podemos esperar que seja concluída a edição de 12 normas de referência que serão fundamentais para o setor do saneamento básico.

Revista Quatro Águas: A ANA não ficará responsável por fiscalizar e sim editar normas padronizadas a serem seguidas pelos prestadores de serviços de saneamento. O que muda, portanto, para as agências reguladoras



infranacionais a partir desta nova lei?

Tiago von Sperling: A fiscalização continuará sendo atribuição das agências locais de regulação que, por sua vez, deverão continuar sendo definidas pelos titulares dos serviços, seja ele o Município, no caso de interesse local, ou o Estado em conjunto com os Municípios, no caso de interesse comum. Portanto, as agências reguladoras locais continuarão sendo responsáveis e terão autonomia pela edição das regras específicas dos serviços regulados.

Revista Quatro Águas: A nova lei se trata de um projeto de privatização?

Tiago von Sperling: A nova Lei estabelece que os contratos de concessão deverão ser precedidos por uma licitação, vedado, dentre outros instrumentos, o contrato de programa. A atuação das Companhias Estaduais de Saneamento até hoje foi sustentada pelo instrumento de contrato de programa firmado sem licitação com o Município. Agora, na prática, quer dizer que após a vigência de um contrato entre um Município e uma Companhia Estadual, por exemplo, o Município, caso queira conceder a prestação do seu serviço a outro ente, será obrigado a abrir uma licitação onde irá participar qualquer empresa interessada, incluindo as privadas e a própria Companhia Estadual, caso tenha interesse. Isso não quer dizer que tudo será privatizado, pois as Companhias Estaduais, principalmente aquelas que tenham uma eficiência dos seus serviços, irão continuar participando das licitações para concessão.

Para saber mais sobre a nova competência da ANA na regulação do saneamento, acesse a <https://www.ana.gov.br/saneamento/a-ana-e-o-saneamento/ana-e-o-saneamento>. 💧



Pandemia impõe novo ritmo de trabalho

Após um início de ano conturbado, com toda a repercussão sobre a Crise da Água no Rio de Janeiro e variadas entrevistas com atores sociais que participam do sistema de gerenciamento dos recursos hídricos no Estado, o mês de março começou com imposições sobre uma nova rotina de trabalho. A pandemia da COVID-19 causada pelo novo Coronavírus obrigou a todos, no mundo inteiro, a se adaptarem a um trabalho executado a distância, ao aprendizado sobre novas ferramentas tecnológicas e a um ritmo de trabalho sem precedentes.

Foram iniciadas as reuniões online em plataformas que antes não eram tão famosas, mas que hoje já fazem parte da vida de cada um. Tão logo o Comitê Médio Paraíba do Sul (CBH-MPS) providenciou a aprovação de uma Resolução (nº. 093, de 13 de maio de 2020), a fim de estabelecer “procedimentos gerais para a realização de reuniões não presenciais no Comitê Médio Paraíba do Sul, a fim de atender ao interesse público, visando a adequação dessas atividades em face das medidas providenciadas pelos poderes públicos”.

Dias antes, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro (CERHI-RJ) tinha publicado a Resolução nº 224 que “dispõe sobre autorização de realização de reuniões não presenciais no âmbito dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro”. A medida do CERHI respaldou não só o CBH-MPS, mas aos demais Comitês de Bacia do Estado a oficialização das reuniões mesmo sendo em âmbito virtual. Com o documento publicado, as videoconferências passaram a integrar a rotina do Comitê. E não foram poucas.

Como as videoconferências começaram a ser realizadas em meados de março, pode-se dizer que destas 47 (que abrangem as plenárias, reuniões de Diretoria, reuniões conjuntas da Diretoria com a Câmara Técnica e as reuniões dos Grupos de Trabalho, os GTs), menos de 10 foram presenciais.

Ou seja, os trabalhos do Comitê não foram prejudicados com a pandemia, pelo contrário. A quantidade significativa de encontros online conseqüentemente levou a um aumento da demanda. Isso porque a cada reunião surgem novas ideias, novas decisões e novos encaminhamentos.

Além disso, os encontros online tem lá suas vantagens. De acordo com a diretora secretária do CBH-MPS, Flávia Cristina de Almeida Cordovil Pires, “temos



Reuniões do CBH MPS

Jan a Set/2020

Plenárias - Ordinárias: 3
- Extraordinárias: 1 **4**

Diretório - Ordinárias: 4
- Extraordinárias: 4 **8**

Câmara Técnica Permanente de Instrumentos de Gestão e Legal (CTIGL) **1**

Conjunta: CT + Diretório **2**

GT Acompanhamento do Contrato de Gestão **1**

GT Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos **3**

GT Educação Ambiental **9**

GT Plano **4**

Outros **15**

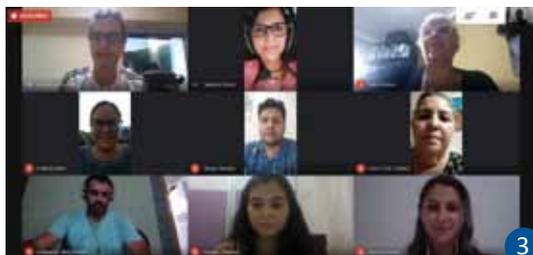
TOTAL 47



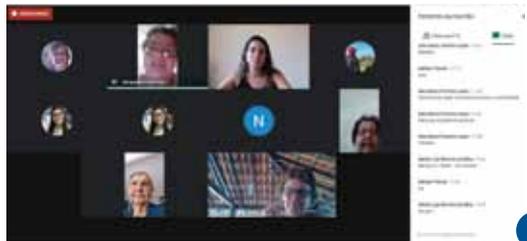
1



2



3



4



5



6

- 1 Reunião Diretoria CBH MPS
- 2 Reunião Plenária CBH- MPS
- 3 Reunião conjunta diretoria e câmara técnica
- 4 GT Educação Ambiental
- 5 Reunião diretoria CBH MPS
- 6 GT plano de bacia 17062020

o aumento da participação dos membros, pois não ter o deslocamento acabou facilitando a participação. Também ficou mais fácil agendar. Antes, com a reunião presencial, era mais complicado fechar um horário bom para todos. Para os encontros virtuais isso é mais tranquilo pois não precisamos de um dia inteiro para realizar uma participação”.

Flávia ainda completa dizendo que as reuniões online vieram pra ficar e se transformaram em um complemento às reuniões presenciais: “As reuniões online com certeza constituem um grande ganho, um aprendizado. Além de economizar dinheiro e ser ecologicamente mais sustentável. Acredito que doravante esse módulo de realização vai perdurar para depois da pandemia”, afirmou a diretora secretária.

Como nada é perfeito, dentre as desvantagens estão os problemas com a conexão, a falta de um lugar silencioso ou adequado para se participar de um evento online e, claro, a falta de contato próximo. As fotos em equipe, os flagrantes espontâneos das máquinas fotográficas usadas pela equipe de Comunicação do Comitê ou as selfies de celulares deram lugar aos prints da tela onde se assiste a uma reunião. Tudo faz parte do processo da adaptação a uma situação temporária.

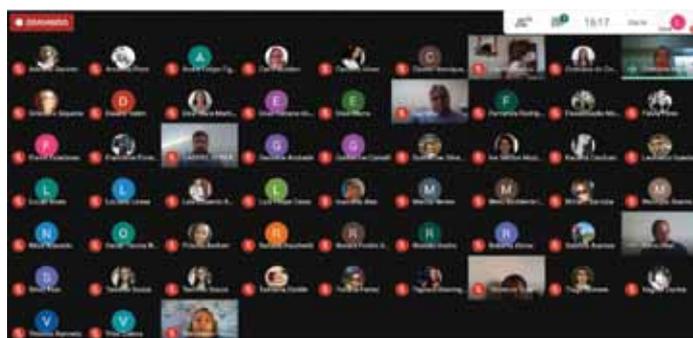
Falando em adaptação, um evento que teve que ser totalmente adaptado foi o V Simpósio Água Boa. Foi todo realizado em formato Webinar, no dia 11 de setembro, aniversário de 12 anos do Comitê Médio Paraíba do Sul, e transmitido ao vivo, simultaneamente via Google Meets e Youtube. O evento contou com palestrantes que apresentaram conteúdo sobre o tema “Marco Legal do Saneamento Básico: arranjos e experiências dos municípios na Região do Médio Paraíba do Sul”.

Webinar do V Simpósio Água Boa – 11/09/2020

Pela primeira vez em ambiente virtual, o V Simpósio Água Boa cumpriu mais uma vez seu principal objetivo que é difundir a discussão sobre a gestão das águas e estimular a crescente participação do público. A organização registrou a participação de aproximadamente 80 pessoas ao longo da tarde do evento.

Está tudo gravado e disponível para quem quiser assistir no canal do Comitê Médio Paraíba do Sul no Youtube, <https://bit.ly/2Z66jYb>.

O único evento que não poderia ser online e teve que ser adiado para 2021 é foi Pedal Pelas Águas. Trata-se de um passeio ciclístico em que os participantes em seus respectivos municípios, se mobilizam pela conscientização do uso racional da água e sua preservação. Acompanhe as redes sociais do Comitê para novas informações sobre o evento.



Balanço das Ações e um novo ar de esperança para 2021

Além dos eventos, algumas das principais ações do Comitê Médio Paraíba do Sul precisaram ser revistas ou adaptadas durante o ano de 2020 em função da pandemia da COVID-19 que impôs mudanças na rotina de todos.

Confira as principais ações que estavam previstas para 2020 e como o Comitê conduziu suas realizações e/ou adiamentos para 2021. Vale ressaltar que houve ações não previstas, mas que foram realizadas como forma de colaboração ao enfrentamento da COVID-19 na região, como é o caso dos lavabos.

Algumas Ações do Comitê	Descrição resumida	Situação em 2020 e previsão para 2021
Sonda e monitoramento de rios	Aquisição de sonda e monitoramento dos rios afluentes e pontos estratégicos. Objetivo é fazer um diagnóstico dos rios com estas sondas.	Atualmente o CBH está finalizando o processo de aquisição de sonda e em 2021 está previsto o início do monitoramento dos afluentes da Região Hidrográfica III.
Caravana das Águas	Buscar a interação do Comitê com o público por meio de práticas pedagógicas.	Estava previsto para ser realizado em 2020 na Semana do Meio Ambiente. Porém, devido à pandemia, o Comitê suspendeu a licitação. A previsão é que a licitação seja relançada em 2021.
Espaço Cílios do Paraíba	Criar uma área sustentável às margens do Rio Paraíba do Sul para disseminar a educação ambiental.	Previsão para implantação em 2021 no município de Quatis e Itatiaia.
Apoio às Instituições	O Comitê tem este canal aberto com instituições, ligadas ao meio ambiente, que necessitem de apoio em determinadas iniciativas. Cada iniciativa é analisada caso a caso pelos membros do Comitê antes de qualquer decisão de apoio.	Em 2020 o Comitê manifestou apoio à Vale Verdejante para colocar em prática seu projeto de educação ambiental. Apoiou também a ARIE Floresta da Cicuta em relação a um novo Acordo de Cooperação Técnica entre o ICMBio e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).
Lavabos	Devido à pandemia do novo Coronavírus, o Comitê MPS decidiu providenciar lavabos móveis ou portáteis sem instalação em rede hidráulica ou de esgoto para oferta de acesso a água limpa para lavagem de mãos em locais públicos para os 19 municípios de sua área de atuação.	Aguardando autorização do Estado para distribuição.
Programa de Educação Ambiental	Financiamento de projetos de Educação Ambiental. O primeiro edital foi lançado em 2019 e o segundo em 2020.	O Edital lançado em 2019 foi finalizado em 2020. Neste, houve dois projetos inscritos. No entanto, devido à pandemia, um dos projetos foi cancelado pela professora e o outro o professor solicitou para postergar o prazo para execução da atividade. Já o Edital lançado em 2020 (nº 001/2020) teve suas inscrições encerradas em outubro e os projetos inscritos serão executados em 2021.
Pedal Pelas Águas	Passeio ciclístico realizado pelo Comitê anualmente no mês de março, em diferentes cidades do sul fluminense, pelo Dia Mundial da Água.	Cancelado em 2020 devido à pandemia. Previsto para retomar em 2021.
Oficina de Diagnóstico: RX da Educação Ambiental	Conhecer a realidade dos programas/projetos e ações de Educação Ambiental dos 19 municípios e demais instituições da sua área de atuação.	Realizado em 2020 sob formato de questionário. As oficinas foram canceladas, com previsão para acontecerem em 2021.
Águas do Médio	Visa estimular e conscientizar a população das microbacias afluentes do rio Paraíba do Sul que promovem atividade pastoril e produção de leite a cultivar e recuperar o solo e, com isso, evitar a degradação e o impacto negativo que causam na produção de água e no curso dos rios.	Suspensão temporariamente e está prevista a retomada, com a realização do evento com os produtores rurais, em 2021.
Apoio/ Financiamento de Projetos de Pesquisa	O Comitê abriu em 2020 o Edital PROPESQUISA- monitoramento de eficiência de estação de tratamento de esgoto.	O Edital foi aberto em 2020 e está prevista a sua execução em 2021.

Outras informações e atualizações sobre as iniciativas do Comitê Médio Paraíba do Sul estão no site <http://www.cbhmedioparaiba.org.br/index.php>.





Editais MPS: processos seletivos de 2020

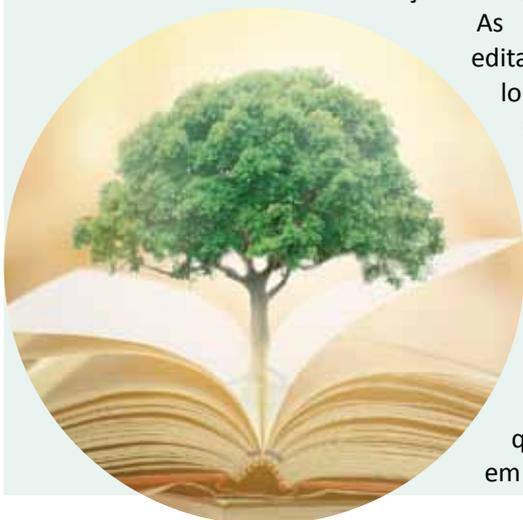
Três editais foram publicados em 2020 pelo Comitê de Bacia Hidrográfica Médio Paraíba do Sul (CBH-MPS): PROFORMAÇÃO; PROPESQUISA e Sistema de Esgotamento Sanitário (SES). Além destes, existe a possibilidade do CBH-MPS oferecer uma contrapartida financeira ao municí-

pio selecionado no Edital Protratar III, que é o Programa de Tratamento de Águas Residuárias do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, o CEIVAP. (Confira a matéria sobre o PROTRATAR no verso da contracapa, ao final da Revista).

EDUCAÇÃO AMBIENTAL - PROPESQUISA - PROFORMAÇÃO

Logo no início de 2020 o CBH-MPS divulgou três editais. Tanto o PROPESQUISA (nº 04/2020) como o PROFORMAÇÃO (nº 05/2020) são voltados para Instituições de Ensino Superior. Porém, enquanto o PROPESQUISA visa fomentar a pesquisa acadêmica em Gestão de Recursos Hídricos, o PROFORMAÇÃO consiste em um conjunto de ações continuadas que visam o aperfeiçoamento e a qualificação técnica através de Capacitações na área de Gestão de Recursos Hídricos. Já o Edital nº 01/2020 possui o mesmo objetivo que os dois editais lançados entre 2019 e 2020, o de financiamento de projetos de Educação Ambiental.

As inscrições para os três editais foram prorrogadas ao longo de 2020 por conta da pandemia, mas a última chamada ocorreu em outubro. Todos eles estão publicados no site <https://www.agevap.org.br/editais.php> onde é possível acompanhar o calendário de cada processo seletivo que seguirá seu percurso em 2021.



Esgotamento Sanitário

No final de 2019, o Comitê publicou o resultado final do Ato Convocatório nº004/2019 de Manifestação de Interesse para elaboração de estudo de concepção, projeto básico e executivo e estudo ambiental para Sistema de Esgotamento Sanitário. Os primeiros municípios hierarquizados foram Volta Redonda e Itatiaia. Em seguida, os municípios foram convocados para assinar o Acordo de Cooperação Técnica (ACT), no entanto, Volta Redonda acabou saindo do processo seletivo por questões documentais, sendo classificado o município de Rio das Flores, que era o próximo da lista. ♦



Fórum Fluminense como importante centro de tomadas de decisão

O ano de 2020 já começou com o Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas (FFCBH) sendo acionado em diferentes momentos por conta da Crise da Água no município do Rio de Janeiro. Em seguida veio a pandemia do novo Coronavírus que trouxe consigo a necessidade de lidar com novas demandas em meio a um novo contexto.

O Fórum teve importante atuação durante a Crise da Água, que foi assunto de destaque nas pautas de suas reuniões. Na época, foram verificadas alterações na qualidade da água do Sistema Guandu, que atende a nove milhões de cidadãos residentes da cidade do Rio e dos municípios da Baixada Fluminense. Membros de Comitês foram procurados pela grande imprensa para dar opinião sobre possíveis soluções e explicar o que acontecia (foto). O momento foi preocupante pois iria de encontro ao que preconiza a gestão das águas que é a garantia de água em qualida-



▼ Reunião Online do FFCBH

de e quantidade para a população. O FFCBH mais do que nunca se mostrava presente e atuante para esclarecimentos e acompanhou cada medida tomada pelos órgãos envolvidos para a resolução do problema.

A pandemia do novo Coronavírus veio logo em seguida e as reuniões presenciais foram substituídas pelas virtuais. O trabalho não foi prejudi-

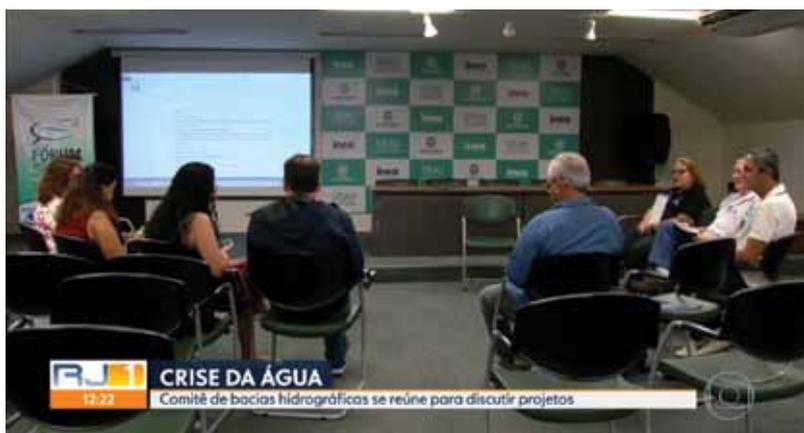
cado, pelo contrário. De janeiro a setembro de 2020 foram contabilizadas 43 reuniões, entre elas Assembleias Ordinárias, Extraordinárias, reuniões de estudo e outras voltadas para assuntos específicos.

As reuniões ordinárias acontecem uma vez a cada dois meses e, quando presenciais, geralmente ocorrem na cidade do Rio de Janeiro.

O Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas (FFCBH) é uma instância colegiada voluntária e não formalizada dentro da estrutura legal de gestão de recursos hídricos, formada pelos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro legalmente instituídos.



► Imprensa repercute reunião do FFCBH. Veja matéria completa em: <https://glo.bo/3j4ZiOz>.



Saiba mais sobre o FFCBH e suas frentes de ações em: <http://forumfluminensecbh.eco.br/>
Ou envie E-mail para: forumfluminense.rj@gmail.com

► Assista à reportagem do RJTV com os membros de Comitês em <https://globoplay.globo.com/v/8268867/>



quem somos:

Com sede no município de **Volta Redonda/RJ**, o Comitê da Bacia da Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul – CBH-Médio Paraíba do Sul foi instituído no dia **11 de setembro de 2008**, pelo Decreto Estadual nº 41.475, cuja redação foi alterada pelo Decreto Estadual nº 45.466/2015. O Comitê tem como objetivo promover a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da **Região Hidrográfica III (RH-III)** do Estado do Rio de Janeiro.

área de atuação:

A área de atuação do Comitê abrange os municípios de Itatiaia, Resende, Porto Real, Quatis, Barra Mansa, Volta Redonda, Pinheiral, Valença, Rio das Flores e Comendador Levy Gasparian, inseridos integralmente, e ainda, os municípios de Rio Claro, Pirai, Barra do Pirai, Vassouras, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Paraíba do Sul, Três Rios e Mendes, inseridos parcialmente.



composição (2017-2021)

Diretoria

Plenária
30
membros

Câmara Técnica Permanente de Instrumento de Gestão e Legal

Grupos de Trabalho

- GT Acompanhamento do Contrato de Gestão
- GT Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos
- GT Educação Ambiental
- GT Plano de Bacia
- GT Assuntos Legislativos
- GT Regimento Interno

10 Poder Público

• INEA • P.M. Barra Mansa • P.M. Resende • P.M. Paraíba do Sul • P.M. Rio das Flores • P.M. Valença • P.M. Volta Redonda • P.M. Barra do Pirai • P.M. Quatis • P.M. Porto Real • P.M. Pirai • P.M. Rio Claro • P.M. Vassouras • P.M. Mendes • P.M. Pinheiral • P.M. Três Rios • FIPERJ • ICBMbio • P.M. Itatiaia • P.M. Paty do Alferes

10 Usuários de Água

• Associação dos Extratores de Areia do Sul Fluminense • CSN • INB • Águas das Agulhas Negras • LIGHT ENERGIA S/A • SAAE - Barra Mansa • SAAE - Volta Redonda • CEDAE • FIRJAN • SANEAR - Resende

10 Sociedade Civil

• APEDEMA-RJ • Ass. Civil Verde que Salva • Ass. Civil Vale Verdejante • Cúria Diocesana B. do Pirai - V • SEPE • UNIFOA • IFRJ • USS • OAB - Barra Mansa • OAB - Barra do Pirai • ADEFIMPA-RJ • UBM • O Nosso Vale! A Nossa Vida • ACAMPAR-RJ • Crescente Fértil • UERJ • AEDB

Rua Cincinato Braga, nº 221
Aterrado - Volta Redonda/RJ
CEP: 27.213-040

 (24) 3337 5661
 (24) 98855-1076
 cbhmediops@agevap.org.br
 @cbhmedioparaiba

<http://www.cbhmedioparaiba.org.br/>





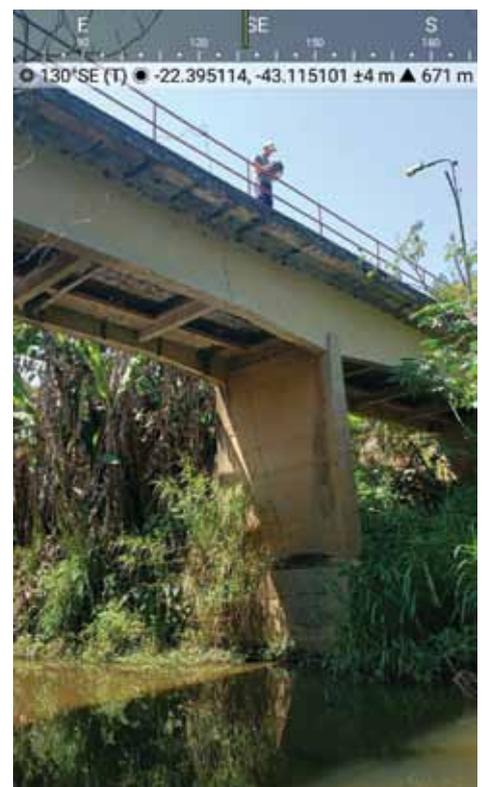
Luan Ferreira

Rio da Cidade, Petrópolis

Monitoramento dos rios é ampliado pelo Comitê Piabanha

Um breve histórico

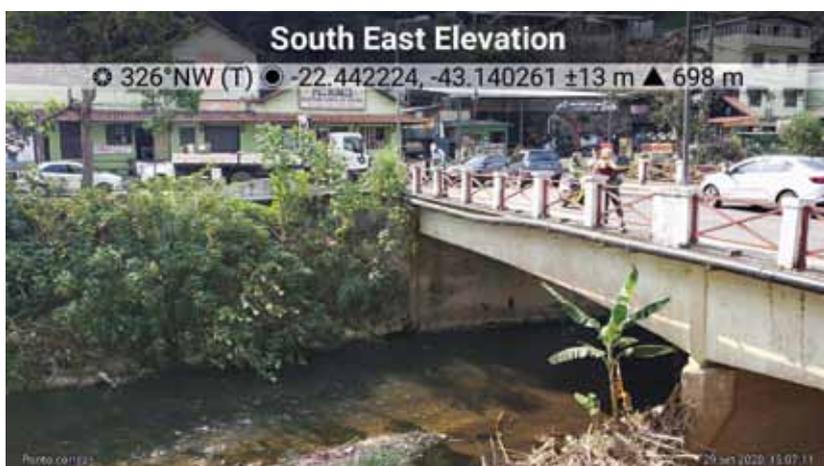
Visando embasar as discussões para o enquadramento dos corpos hídricos em classes, o Comitê Piabanha contratou, em 2019, uma empresa especializada em coleta e análise de amostras de água e medição de vazões. A contratação previa campanhas de campo para análises da qualidade (parâmetros físico-químicos e biológicos) e quantidade (medição de vazão) das águas, em nove pontos de amostragem fixos e um ponto móvel, totalizando dez locais, estabelecidos, principalmente, na calha principal do rio Piabanha durante 12 meses, com coletas mensais em cada ponto.



▼ Rio Santo Antônio, Petrópolis.
Empresa: HIDROSCIENCE CONSULTORIA E
RESTAURAÇÃO AMBIENTAL



▶ Rio da Cidade, Petrópolis.
 Empresa: HIDROSCIENCE CONSULTORIA E RESTAURAÇÃO AMBIENTAL



▼ Rio Piabanha, Petrópolis.
 Empresa: HIDROSCIENCE CONSULTORIA E RESTAURAÇÃO AMBIENTAL

Você já ouviu falar em enquadramento dos corpos de água?

O enquadramento é um instrumento de gestão que visa garantir que a qualidade da água seja compatível com a sua demanda, de acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9433/97) e a Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei nº 3239/99). A classificação possibilita um maior controle de poluição e acompanhamento do cenário da qualidade dos corpos d'água, garantindo que a mesma esteja de acordo com sua utilização.

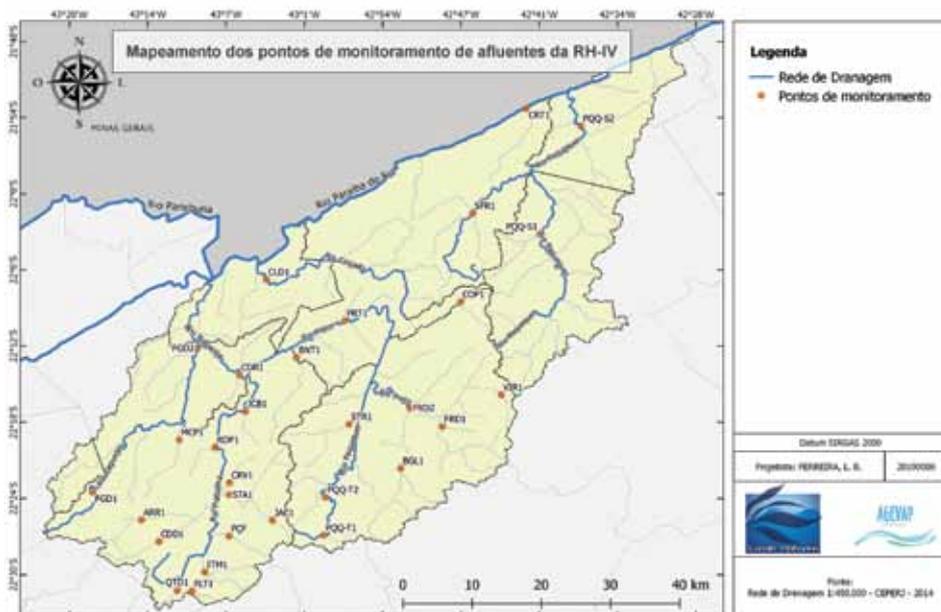
Continuação e ampliação dos trabalhos em 2020

Para a continuação dos trabalhos envolvendo a temática do enquadramento, o Comitê Piabanha assegurou, em 2020, a ampliação do

monitoramento de rios, com o foco no levantamento de dados sobre a qualidade e quantidade em diversos rios afluentes dos principais cursos d'água da região. Com coletas trimestrais, são 32 pontos amostrados, distribuídos por toda Região Hidrográfica, com vários parâmetros físicos, químicos, biológicos e medição de vazão.

O monitoramento dos rios é uma iniciativa que foi implantada pensando no Plano de Bacia, que está em processo de elaboração para os comitês afluentes do Rio Paraíba do Sul (Leia mais na pág. 18). Para o diretor administrativo do Comitê, José Paulo Soares de Azevedo, "o Comitê Piabanha mantém seus investimentos em monitoramentos da quantidade e qualidade da água visando subsidiar os estudos e discussões para o enquadramento dos corpos hídricos em trechos prioritários."

A primeira campanha aconteceu no mês de outubro de 2020 e mais três campanhas estão previstas para o ano de 2021. Está prevista, ainda, a entrega de dois relatórios com resultados deste monitoramento.💧



▼ Mapa com os pontos de monitoramento de afluentes



Plano de Capacitação é colocado em prática

Entre os anos de 2020 e 2023, o Comitê Piabanha tem a missão de colocar em prática seu Plano de Capacitação. O documento estabelece diretrizes para as ações de capacitação indicando os temas prioritários para o desenvolvimento do conhecimento dos membros e convidados do Comitê, visando potencializar o nível das discussões e trabalhos inerentes à gestão participativa dos recursos hídricos da área de atuação do Comitê.

Principais objetivos da Capacitação:

- Planejar sistematicamente as ações de capacitação, considerando as demandas organizacionais do Comitê Piabanha, visando à aquisição e ampliação de conhecimentos e competências para o desenvolvimento permanente dos membros e público em geral;
- Indicar conteúdo de conhecimentos para a gestão de recursos hídricos na Região Hidrográfica IV;
- Apresentar os temas prioritários e o conteúdo mínimo de cada tema a ser estudado, com indicação dos cursos e instituições que os fornecem;
- Ampliar e qualificar as discussões sobre os recursos hídricos e a gestão, com ênfase nos aspectos locais da Região Hidrográfica IV;

A demanda de elaborar um Plano de Capacitação para o Comitê Piabanha teve origem a partir do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS, criado pela Agência Nacional de Águas (ANA), que tem como uma de suas metas a “aprovação de um Plano de Capacitação específico, baseado em competências, elaborado para o Comitê, de acordo com as suas necessidades e peculiaridades”.

Para cumprir a meta de execução, até agosto de 2020 foram disparados 59 e-mails para os membros, divulgando, por exemplo, cursos online com certificação, seminários e palestras educacionais. A divulgação foi feita também nas redes sociais do Comitê (Facebook e Instagram).

Sobre os temas das palestras, a coordenadora do Grupo de Trabalho Educomunicação do Comitê Piabanha, Patrícia Ferreira, esclareceu que eles “foram abordados por amigos ou orientandos convidados e mais significativos para o Grupo de Estudo Rural que se formaliza, mas também para compreendermos melhor o papel do Comitê de Bacias em desastres sazonais da região como o dos incêndios florestais”.

Outra atividade prevista no Plano de Capacitação é a realização de palestras com temas aprovados pelo Comitê no decorrer do ano. As oficinas presenciais foram impedidas pela quarentena imposta pela pandemia do novo Coronavírus, no entanto, para a de capacitação no SIGA Web, a solução encontrada foi o lançamento de um curso no Google Classroom com PDF didático interativo. ♦



Balço das Capacitações em 2020:

- 04/02/2020 - Ainda presencialmente, ministrada por David Miller - Coordenador da Câmara Técnica do Comitê (na ocasião). Tema: “A importância de mapas e dados para um Comitê de Bacia Hidrográfica realizar a gestão dos recursos hídricos de sua área de atuação”.
- 12/05/2020 - Já em formato online. Tema: "Metodologia do Rio Rural em Microbacias Hidrográficas", ministrada pelo Engenheiro Ambiental, Pedro Igor Austregéliso.
- 14/08/2020 - Contou com a presença do palestrante Luis Carlos Soares, doutorando em Engenharia Civil, que apresentou acerca do tema “Simulação dos efeitos do tratamento de esgotos na melhoria da qualidade da água do rio Piabanha”.
- 19/08/2020 - Curso de Capacitação no SIGA Web, realizado pelo especialista em Recursos Hídricos (AGEVAP – UD2), Luan Ferreira.
- 16/09/2020 - Com a Doutora em Engenharia Civil, Carla Semiramis Silveira. Tema: “A geoquímica de processos naturais e antrópicos na bacia do rio Piabanha (RJ): Das cabeceiras de drenagem até a foz da bacia”.
- 21/10/2020 - Ministrada por Yuri Tomaz Martins, Mestrando em Tecnologia Ambiental no Instituto Politécnico de Bragança em Portugal, com o tema “Conhecendo ferramentas e fontes de dados sobre incêndios florestais: Suporte à geração de informação e insights estratégicos de prevenção”.
- Além das palestras, também fazem parte do Plano de Capacitação a realização do IV Seminário de Saneamento, cujo tema principal de 2020 é Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais, assim como o V Encontro de Pesquisadores do Comitê Piabanha.

Todas as capacitações estão disponíveis no canal do Comitê no Youtube: <https://www.youtube.com/channel/UCJX0rDMwvtv8jO4zJil1pf-A/videos>



O Plano de Capacitação do Comitê Piabanha está disponível no site <http://www.comitepiabanha.org.br/conteudo/planocapacitacao.pdf>.





Aprovado novo Plano de Comunicação

Criado para atender demandas modernas de difusão da informação e engajamento de público, em 2020 foi iniciada a aplicação do novo Plano de Comunicação do Comitê Piabanha. Com ele, espera-se, além de tornar mais popular o trabalho do CBH Piabanha na era da hiperconexão, demonstrar a importância da Gestão de Recursos Hídricos para a sociedade, em especial na área de atuação do nosso Comitê.

A coordenadora do Grupo de Trabalho Educomunicação do Comitê Piabanha, Patrícia Ferreira, elogiou o Departamento de Comunicação do Comitê. “Os resultados são excelentes pelo novo logotipo e pelas novas formas de comunicação dentro do próprio comitê pelas listas de transmissão, que divulgam individualmente informações e lembretes a cada reunião”, afirmou a coordenadora do GT.

Patrícia, porém, fez uma ressalva: “ainda nos falta interação necessária pelos membros em comentários e compartilhamentos para conseguirmos melhor divulgar nossas ações”. E acrescentou: “No entanto, poderemos, no próximo ano melhorar as ações que integram ambos planos, de comunicação e capacitação, pela divulgação de ações e informações, para a próxima renovação do colegiado de membros do comitê”.

Com relação às dificuldades enfrentadas para a execução do Plano de Comunicação em pleno período de pandemia (COVID-19), o especialista em Comunicação do Comitê Piabanha, Felipe Nascimento, explicou:

“Desde janeiro já passamos por diversas etapas e a pandemia (COVID-19) só foi um empecilho na Assessoria de Comunicação referente às inserções midiáticas em rádios e TVs”. No entanto, segundo o especialista, “o rebranding (reformulação de identidade visual/marca), primeira meta do Plano de Comunicação, já está estampado em todos os lugares que o Comitê Piabanha aparece, principalmente no seu Marketing de Conteúdo”.

Ainda seguindo as ações definidas no Plano de Comunicação do Comitê Piabanha, foram desenvolvidas listas de transmissão no WhatsApp, que facilitam, por exemplo, comunicados de reuniões tornando mais acessíveis os links das salas de videoconferências, e listas de disparos de e-mails marketing (com cursos certificados relacionados com a temática de gestão de recursos hídricos, palestras promovidas pelo Comitê Piabanha, etc).

Os posts em redes sociais também foram reforçados (fotos), com uma média mensal de 44 posts, somando os perfis do Comitê tanto no Facebook como no Instagram. O canal do Comitê no Youtube foi reconstruído com diversos templates de vídeos já criados para o CBH e passou-se a adotar o uso do primeiro PDF interativo para o curso de capacitação no SIGA Web, o que abriu passagem para outros materiais interativos, tais como os manuais de acesso e criação de salas de videoconferências no Google Meet.

O novo Plano de Comunicação do Comitê Piabanha pode ser conferido no site <http://www.comitepiabanha.org.br/conteudo/planocomunicacao.pdf>. 📄



▼ Novo visual é aplicado nas redes sociais



Conheça os canais de Comunicação do Comitê Piabanha:

Facebook: @ComitePiabanha
Instagram: @comitepiabanha
Youtube: Comitê Piabanha

Iniciada a elaboração de projetos para os municípios selecionados em **Editais de Esgotamento Sanitário**

Em 2019 o Comitê Piabanha lançou Edital de Chamamento Público para manifestação de interesse dos municípios da RH-IV em projetos e obras de sistemas alternativos de saneamento ambiental para coleta e tratamento de esgotos. Dentre os municípios interessados, foram selecionados Carmo e Paraíba do Sul, em que serão contempladas as áreas de (Carmo): Ave Maria, e (Paraíba do Sul): localidade Sebollas.

A Coordenadora do GT Saneamento e Diretora do Comitê Piabanha, Rafaela Facchetti, afirmou que “os projetos que possibilitarão a sua implantação e levarão a essas duas comunidades melhorias para saúde e qualidade de vida a seus moradores e impedirão a degradação dos corpos hídricos da região. É o Comitê Piabanha cumprindo o seu papel na melhoria da qualidade das águas da Região Hidrográfica IV.”

Por meio do Ato Convocatório no 03/2020 foi selecionada empresa especializada para elaboração de diagnósticos e projetos básico-executivos de sistemas alternativos de esgotamento sanitário nos dois municípios selecionados. Em outubro/2020 foi assinado o contrato e, com isso, deu-se início aos trabalhos da empresa. Em seguida, foi iniciada pela empresa contratada a fase de elaboração do Plano de Trabalho e, nesse contexto, foram realizadas reuniões iniciais de alinhamento com os Grupos de Acompanhamento Municipais. Esses grupos foram formados, um em cada município, sendo compostos por funcionários



▼ Entrada da cidade - Paraíba do Sul/RJ

da prefeitura, e serão responsáveis por acompanhar as atividades realizadas pela empresa no respectivo município. No âmbito do Comitê, as atividades serão acompanhadas pelo GT Saneamento e Qualidade da Água.

A empresa contratada deve realizar trabalhos previamente estabelecidos, dentre eles estão: Estudos Topográficos; Diagnósticos; Projetos básico-executivos e Estudos Ambientais. A partir dos estudos topográficos e do diagnóstico a serem realizados pela empresa, serão estudadas e propostas as alternativas de soluções mais adequadas para coleta e tratamento de esgotos de cada localidade, mediante comparação técnica, econômica e ambiental, considerando aspectos positivos e negativos. Após definição da alternativa tecnológica, será elaborado o projeto básico-executivo, seguido pelos estudos ambientais, em que serão desenvolvidos todos os procedimentos, trâmites e estudos necessários ao licenciamento ambiental e à outorga de direito de uso de recursos hídricos do empreendimento.

Depois de concluídos os serviços, será realizada a contratação de empresa para implantação dos sistemas de coleta e tratamento de esgotos nas duas localidades, por meio da execução dos projetos básico-executivos elaborados. 💧



▼ Praça Presidente Getúlio Vargas e Paróquia Nossa Senhora do Carmo - Carmo/RJ

quem somos:

Com sede no município de Petrópolis/RJ, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha e Sub-Bacias Hidrográficas dos Rios Paquequer e Preto teve sua criação aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERHI em 13 de novembro de 2003, sendo reconhecido e qualificado pelo Decreto Estadual nº 38.235, de 14 de setembro de 2005, cuja redação foi alterada pelo Decreto Estadual nº 45.461/2015. O Comitê tem como objetivo promover a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da Região Hidrográfica IV (RH-IV) do Estado do Rio de Janeiro.

área de atuação:

A área de atuação do Comitê abrange os municípios de Areal, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Sumidouro e Teresópolis, inseridos integralmente, e ainda, os municípios de Carmo, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Petrópolis e Três Rios, inseridos parcialmente.



composição (2017-2022)

Diretoria

Plenária
36
membros

Câmara Técnica Institucional
e Câmara Técnica Mananciais*

Grupos de Trabalho

- GT Plano de Bacia e Enquadramento
- GT PSA Hídrico
- GT Sistemas de Informação
- GT Saneamento e Qualidade da Água
- GT Educomunicação

*Duas novas CTs estão em fase de criação.

12
Poder
Público

- PARNASO • INEA • P.M. Areal • P.M. Paraíba do Sul • P.M. Paty do Alferes
- P.M. Petrópolis • P.M. São José do Vale do Rio Preto • P.M. Sapucaia
- P.M. Sumidouro • Prefeitura de Teresópolis • P.M. Três Rios
- APA Petrópolis • FIPERJ

12
Usuários
de Água

- Águas do Imperador • CEDAE • COMDEP • FIRJAN • Transportes Única Petrópolis LTDA • Werner Fábrica de Tecidos S.A.

12
Sociedade
Civil

- APEDEMA • Ass. Amigos e Colaboradores do Parque Nacional da Serra dos Órgãos • ACAMPAR • APEA • CDDH • GAPA-MA • FESO • COPPE/UFRJ
- NOVAMOSANTA • UERJ • UFRRJ-ITR • CEFET • AMAVALE • ADEFIMPA
- OMA-BRASIL • Projeto Araras • Fonasc.CBH • Ass. Vale do Mata Porcos
- ACERDAT - RJ

Rua Teresa, nº 1515 – sala 114 -
Hiper Shopping ABC
Alto da Serra – Petrópolis/RJ
CEP: 25.635-530

- ☎ (24) 2237 9913
- ☎ (24) 98855-0997
- ✉ cbhpiabanha@agevap.org.br
- 📘 @ComitePiabanha

<http://www.comitepiabanha.org.br/>



Um novo normal

O que os comitês esperam para 2021 e a para o pós-pandemia

Após um ano diferente de tudo que já foi vivido e completamente fora das expectativas, cheio de surpresas, espera-se que 2021 seja um ano de reorganização. Serão avaliados quais eventos poderão acontecer, quais as novas datas e quais eventos de 2020 poderão ser reagendados. Isso não acontece apenas no âmbito dos recursos hídricos, mas no Brasil e no mundo. Festas de Ano Novo canceladas ou com um novo formato, adiamento das Olimpíadas, Carnaval em nova data, paralisação nos esportes e diversos outros eventos tradicionais, totalmente repensados.

Sabemos que mesmo que os eventos aconteçam e que a vida seja aos poucos retomada no contexto de não-isolamento, a retomada da socialização presencial não será a mesma. Hábitos de higiene conquistaram nossa rotina e até mesmo o simples ato de cumprimentar pode não ser o mesmo. Não tem como dizer que logo tudo voltará ao normal. Basta refletir: que “normal” será esse que nos espera?

Voltando ao contexto dos Recursos Hídricos, durante a pandemia o trabalho não parou, pelo contrário. O diretor-presidente do Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, João Gomes de Siqueira, explicou que “a praticidade das reuniões online nos permitiu aumentar o número de encontros. Aumentou o número de reuniões e a possibilidade de participação dos membros. Se antes tínhamos uma reunião presencial por semana, com a pandemia passamos a ter três a quatro reuniões”.

João Gomes de Siqueira ainda acrescentou que “as demandas aumentaram, mas com o aumento da participação do público convidado, houve aumento da representatividade o que é de suma importância. A maior possibilidade de participação de re-

presentantes de órgãos oficiais, diretores de diversos comitês, aumentou o grau de representatividade, podendo cada um apresentar seu ponto de vista de especificidade de sua área de atuação”.

As reuniões virtuais, o uso de ferramentas que antes poucos conheciam como Google Meet, Teams, Zoom ou expressões que passamos a ouvir mais como Webinar, transmissão simultânea pelo Youtube, Lives no Instagram, serviram como recurso para manter o contato entre os grupos e a troca de conhecimento e opiniões.

Na opinião do diretor-presidente do Comitê Rio Dois Rios, Lúcius de Sá Freire, as reuniões online vieram para ficar e são “uma ótima e indispensável ferramenta de integração do Siste-

ma, pois como trabalhamos em áreas geográficas grandes, as reuniões presenciais inevitavelmente exigiam dos participantes recursos de tempo e transporte que as virtuais não exigem. Facilitando as representações de todos os segmentos da bacia. Mesmo que estejam geograficamente distantes”.

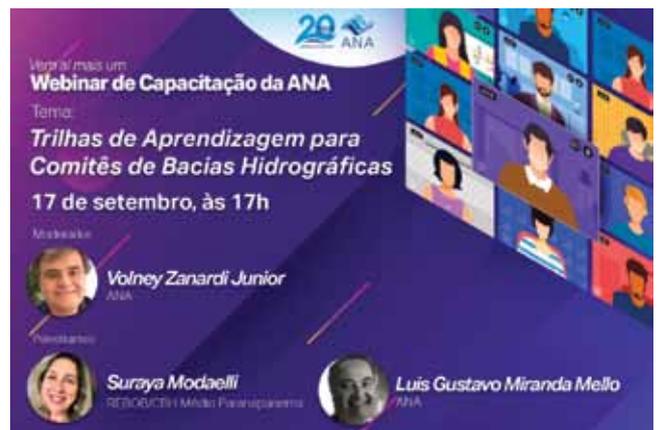
Alguns dos fatores apontados podem ser reavaliados. Não seria absurdo pensar que, assim como muitos hábitos poderão ser mantidos no pós-pandemia como o uso de máscaras, álcool em gel e até formas diferentes de se cumprimentar, algumas iniciativas adotadas pelos comitês poderão ser implantadas de forma definitiva mesmo com o fim do isolamento social.

A vice-presidente do Comitê Médio Paraíba do Sul, Vera Lúcia Teixeira,



▼ Webinar do Inea - Soluções baseadas na Natureza para Água, Clima e Biodiversidade (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KwefWkZ38o8>)

Divulgação do Webinar da ANA (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OQJRzxXYLtg>)





▼ Reunião Online do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas

ressaltou as reuniões online: “o trabalho remoto nos trouxe um conhecimento a mais, principalmente para a gestão dos Comitês. Eu como representante do CBH-MPS no FFCBH entendo que foi vantajoso para as gestões. Temos conseguido estudar todas as legislações, analisar contratos, ponto a ponto. Então, pra mim, pessoalmente me trouxe um conhecimento muito grande”.

Vera acredita que os encontros virtuais vieram para ficar, mesmo com o fim da pandemia: “acredito que a possibilidade de realização das reuniões de forma tanto online como presencial vai nos trazer uma redução de custos e de tempo gasto com viagens. Você consegue então produzir muito mais com tempo menor, agilidade de execução dos trabalhos e redução de custos. A COVID-19 não veio pra ficar porque espero que passe logo, mas as reuniões online vieram pra ficar”.

A presidente do Comitê Piabanha, Érika Cortines, acredita que “muitas coisas são mais ágeis no formato

digital. As capacitações em formato digital, por exemplo, possibilitam alcançar um público maior, além de poderem ficar disponíveis para consulta e compartilhamento após sua realização, o que é muito positivo para a divulgação das pesquisas e do próprio comitê de Bacias”.

Com tantas palavras novas que todos tiveram que se acostumar durante a pandemia, uma palavra que fez a diferença foi “ADEQUAÇÃO”. Adequar-se ao home office, reuniões online, assinaturas digitais, compras online e envio de documentos pelos Correios. Adequar-se a não ver a família com frequência, evitar encontros presenciais, locais fechados ou com aglomeração.

A expectativa de uma vacina tornou-se comum. No entanto, ter que se adequar não significa ter que se acostumar. Ninguém se acostuma a não ver a família ou a receber a notícia de que algum ente querido se foi. Este ano, os Comitês de Bacia e alguns órgãos do sistema de gestão dos recursos hídricos reforçaram os laços de integração

através da superação às dificuldades. Membros importantes como José Carlos Lemgruber Porto e Paulo Leite (foto), ambos ex-presidentes do Comitê Piabanha, infelizmente partiram por conta da COVID-19.

As perdas são tristes e irrecuperáveis, mas nos trazem também reflexões. O ano de 2020 foi de muitas dificuldades, situações e fatos inesperados, especialmente no setor de recursos hídricos. Para estas dificuldades, vale pensar no legado dos que se foram. Os colegas que se foram representavam e representam aqueles que lutam pela melhoria contínua na gestão dos recursos hídricos e ela se viabiliza pela integração e a força nas vozes que compõem cada Comitê.

A importância da integração entre os Comitês para superar as dificuldades foi mais uma vez destacada por Paulo Leite em 5 de junho de 2020 durante o Webinar “Experiências e Aprendizados com a Crise Hídrica na Bacia Do Paraíba Do Sul”, organizado pelo Ceivap e disponível em seu canal no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=TS2SGpyuKG4>).

“A Crise Hídrica de 2014-2015 não foi a primeira e não será a última. (...) Na época houve uma atuação bastante forte de todos os Comitês da Bacia do Rio Paraíba do Sul. Uma atuação forte, articulada e constante durante a crise, que fez com que passássemos sem que muita gente sofresse. (...) Aquele período da crise hídrica foi de muito aperfeiçoamento do Sistema, de muito aprendizado para todos nós e eu acho que agregou bastante. (...) É pensar que na verdade a gente está num Sistema. Não tem Estado”, Paulo Leite, ex-presidente do Comitê Piabanha



▼ José Carlos Lemgruber Porto



▼ Paulo Leite

Confira a homenagem do Comitê Piabanha aos ex-membros com o plantio de dois jequitibás. O vídeo está disponível no canal do Comitê no Youtube <https://www.youtube.com/watch?v=PF4fqNvnGfA>



Os avanços nos Planos de Bacias

O Plano de Bacia, um dos instrumentos da Gestão de Recursos Hídricos, é um documento balizador que define ações estratégicas em recursos hídricos de uma determinada região, com base em seu diagnóstico e prognóstico. Este instrumento propõe ações e metas para minimizar conflitos potenciais ou existen-

tes pelo uso da água, tendo em vista os múltiplos interesses.

No contexto da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) elaborou o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul (PRH), aprovado para o período de 2002 a 2006. Posteriormente,

este PRH foi atualizado para o período de 2007 a 2010. O PRH possuía recortes, os Cadernos de Ações, para tratar das regiões hidrográficas dos respectivos Comitês Afluentes. Estes recortes que têm sido utilizados como Plano dos Afluentes. (Mais detalhes no site <http://www.ceivap.org.br/plano-de-bacia.php>).

Histórico da elaboração da atualização do Plano de Recursos Hídricos da bacia do rio Paraíba do Sul e dos Planos de Recursos Hídricos das bacias fluminenses afluentes

2012 – Neste ano foram realizados os trâmites para a contratação de uma empresa para atualização do Plano Integrado de Recursos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (PIRH-PS), que passou a contar com essa nova denominação. O contrato da empresa teve início em novembro do mesmo ano, e foi finalizado em fevereiro de 2014, sem, no entanto, a conclusão do PIRH-PS.

2014 - 2017 - Para complementar e finalizar o PIRH-PS e também para elaborar os Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas Afluentes Fluminenses foi realizada a contratação de uma nova empresa que iniciou seus trabalhos em 2018.

2018 - Atual – Visando a integração da bacia federal e de suas bacias estaduais, a elaboração do PIRH está dividida em três fases: a Fase I, de elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (PIRH-PS); a Fase II, de elaboração dos Planos de Bacia Hidrográfica das regiões hidrográficas afluentes fluminenses; e, a Fase III, de consolidação do PIRH-PS aos Planos de Recursos Hídricos Estaduais e de elaboração do Manual Operativo (MOP) integrado, com o objetivo de integrar as ações de curto prazo dos planos. Todo esse trabalho é acompanhado pelo Grupo de Trabalho do Plano de Bacia (GT Plano), que contém representantes de todos os Comitês envolvidos, entre outros.

Para o representante da Agência Nacional de Águas e Coordenador do GT Plano, Márcio de Araújo Silva, integração das ações dos planos da bacia federal e dos afluentes estaduais para a gestão dos recursos hídricos significa “a elaboração de um único processo de planejamento na bacia, que considera as especificidades dos afluentes, permitindo o fortalecimento do processo participativo e decisório, garantia de um planejamento efetivamente integrado, e que proporcionará maior facilidade operacional para AGEVAP e na otimização dos recursos humanos e financeiros da bacia”.

Márcio acrescenta ainda que “ao se focar em ações sob governabili-

dade do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, principalmente aquelas que trouxessem consequência regulatória nos entes do sistema, o PIRH-PS chegou a um orçamento bem mais realista, estimado em cerca de R\$ 550 milhões em investimentos até 2035.”

Entendendo a atual Fase II:

A Fase II começou em dezembro de 2019 com a elaboração e a entrega do **Plano de Trabalho** e material preliminar para análise dos comitês. Em seguida, deu-se início à elaboração dos **Diagnósticos e Prognósticos**, concluídos em junho de 2020.

Além do recorte das informações do PIRH, esses documentos também foram construídos pelos membros do comitê, bem como da sociedade. As informações por meio da participação da sociedade foram obtidas durante a 1ª rodada dos Seminários Regionais, realizada em fevereiro de 2020, em cada uma das cidades-sede dos quatro Comitês Afluentes: Médio Paraíba do Sul, Piabanha, Rio Dois Rios e Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.

Em seguida, foi iniciada a elaboração das **Ações e Prioridades Integradas** que traz um estudo de ações com possibilidade e interesse de integração entre o Ceivap e os Comitês Afluentes.



▼ Seminário do Médio Paraíba do Sul – 17/02/2020



▼ Seminário do Rio Dois Rios – 19/02/2020



▼ Seminário do Piabanha – 18/02/2020



▼ Seminário do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana – 20/02/2020

A ideia é que as ações não sejam individuais de cada comitê, mas sim articuladas entre todos para potencializar os recursos em ações de maior efetividade para a melhoria da quantidade e qualidade dos recursos hídricos.

Até o fechamento dessa revista, encontravam-se em construção os **Planos de Ação**, contendo os **Programas de Ações**. O **Programa de Ações**, como o próprio nome já diz, contém todas as ações e respectivas metas, cronograma, orçamento e indicadores de avaliação, que o Comitê e a Agevap deverão implementar nos 15 anos de horizonte do plano. O Plano de Ação contém ainda outras informações e diretrizes – especialmente as diretrizes para aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão. Está prevista ainda uma 2ª Rodada de Seminários Regionais para discutir estes documentos.

O cronograma prevê para logo em seguida acontecer a entrega do **Plano Consolidado**, um resumo das principais informações a serem consideradas na gestão dos recursos hídricos da Região Hidrográfica nos próximos 15 anos. Para complementar as informações deste produto, está prevista uma 3ª Rodada de Seminários Regionais a serem realizados em datas a serem confirmadas em 2021.

Por fim, já no início de 2021, está prevista a entrega do Relatório Executivo, que conta com uma síntese do plano e uma cartilha com conteúdo mais didático e acessível a todos. Desta forma, finalizam-se os Planos de Bacias das regiões afluentes.

Para 2021, a Fase III:

A Fase III, prevista para iniciar em março de 2021, consiste na etapa de integração do trabalho realizado na Fase II resultando na Consolidação da

Integração entre o PIRH-PS e os Planos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas Afluentes e a elaboração de Manual Operativo (MOP) integrado. Os Manuais Operativos para os Planos das Bacias Afluentes serão elaborados em conjunto com o MOP do PIRH-PS. O MOP irá orientar passo a passo a implementação das ações de curto prazo, considerando o horizonte de execução de 5 anos. Esse documento foi concebido como forma instruir os entes envolvidos sobre o que fazer para implementação do plano. 💧

Resumo das fases de elaboração



Boas práticas agrícolas e ambientais, propostas pelo CBH-R2R, poderão contribuir para a melhoria da qualidade de vida no campo

Projeto Diagnóstico e Intervenção consolida-se como a política de PSA do CBH-R2R

Em 2020, o projeto Diagnóstico e Intervenção teve grandes avanços, principalmente em decorrência de importantes parcerias que foram firmadas. Duas parcerias estratégicas para a implementação do projeto se consolidaram. Uma delas com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), na figura da Gerência de Gestão do Território e Informações Geoespaciais (GEGET), tendo sido firmado um Acordo de Cooperação Técnica (ACT), já em execução. E outra, também firmada através de acordo assinado com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RJ).

Parceria com INEA para a construção de um GeoPortal

O Acordo de Cooperação Técnica assinado em 2020, teve como objetivo principal a consolidação de uma base de dados Geoespaciais e de informações técnicas, sendo fundamental para realizar o diagnóstico das áreas, alvo do projeto Diagnóstico e Intervenção. Entendendo a relevância de tais informações para a região, o

CBH-R2R propôs a divulgação das informações por meio de uma plataforma digital – o Geo Portal R2R – que está em fase de construção. Para tal, foi lançado um edital para a contratação temporária de um profissional, para execução de serviços técnicos especializados em geoprocessamento. O profissional tem como principal meta executar todo o plano de trabalho que está previsto no Acordo de Cooperação Técnica, que inclui, entre outros, a construção do portal. O GeoPortal R2R disponibilizará para a sociedade diversas informações técnicas sobre a região hidrográfica, e a previsão é que esta etapa seja concluída em 2021.

O Projeto Diagnóstico e Intervenção vem sendo desenvolvido pelo CBH-R2R nas áreas prioritárias para a preservação de mananciais, definidas segundo critérios técnicos, incluindo o diagnóstico de tais áreas e ações de intervenção, que proporcionem a melhoria da qualidade e quantidade de água.

Para realização da etapa de diagnóstico são utilizados dados técnicos e científicos oficiais, destacando-se aqueles produzidos pelo Estado do Rio de Janeiro, com destaque para o

Atlas Mananciais de Abastecimento Público do Estado do Rio de Janeiro, documento produzido pelo INEA. O Atlas tem como objetivo caracterizar as principais áreas de contribuição de mananciais onde existe captação de água para abastecimento dos municípios. Este documento é um dos estudos técnicos que serviu de base para a definição das áreas prioritárias para a atuação do projeto Diagnóstico e Intervenção.

Parceria com a Emater-RJ

Para implementação do Projeto Diagnóstico e Intervenção, o CBH-R2R entende ser indispensável a parceria com a EMATER-RIO, visto sua importante atuação e reconhecimento no meio rural da região. Segundo informações da EMATER, muitos agricultores demandam projetos voltados para a adoção de boas práticas agrícolas e ambientais e, neste sentido, uma atuação conjunta entre a EMATER-RIO e o CBH-R2R é estratégica. Neste contexto, tais instituições decidiram firmar um Acordo de Cooperação Técnica para formalização da parceria já existente e de longa data.

O Acordo visa o desenvolvimento e implementação de ações em unidades demonstrativas com objetivo de contribuir com a melhoria das condições técnicas e econômicas dos produtores rurais, promovendo a substituição ou adoção de formas mais adequadas de uso e manejo do solo (boas práticas socioambientais) nas áreas críticas para a proteção dos recursos hídricos na Região Hidrográfica do Rio Dois Rios (RH VII). Para isso, um Plano de Trabalho, devidamente aprovado pelas partes envolvidas, está sendo desenvolvido para a implantação das atividades. Dentre as ações em parceria, estão previstas reuniões técnicas para definição da metodologia de ação conjunta e identificação das microbacias e produtores alvo do projeto; atualização dos diagnósticos das microbacias; mobilizações comunitárias; e a implementação de boas práticas agrícolas e socioambientais nas microbacias priorizadas; entre outros.

Você conhece o Projeto Diagnóstico e Intervenção?

O Projeto Diagnóstico e Intervenção é uma iniciativa do Comitê Rio Dois Rios, que contempla o diagnóstico ambiental de áreas prioritárias, planejamento e a implementação de ações de intervenção nas microbacias. Com base em estudos técnicos, o CBH-R2R apontou áreas prioritárias para investimento em ações que promovam a segurança hídrica e o provimento de serviços ecossistêmicos, na Região Hidrográfica VII (RH-VII), área



▼ Reunião de articulação institucional para desenvolvimento do projeto

de atuação do Comitê.

Segundo o Atlas dos Mananciais de Abastecimento Público do Estado do Rio de Janeiro, foram observadas áreas de alta a muito alta prioridade para proteção de mananciais em mais de 40% da RH-VII. Tais áreas estão distribuídas nos municípios de Bom Jardim, Nova Friburgo e Trajano de Moraes, na porção centro-sul do município de Cordeiro e na porção sudeste do município de Duas Barras. Elas se caracterizam, principalmente, pelos índices elevados de fragilidade ambiental, composto pela degradação das Áreas Preservação Permanente (APPs) e pela suscetibilidade à erosão.

Frente à fragilidade ambiental destas áreas observadas, o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) propôs uma metodologia de delimitação de Áreas de Interesse para Proteção de Mananciais (AIPM). A iniciativa visa subsidiar o planejamento e ordenamento territorial e identificar as áreas focais do Programa Pacto pelas Águas. Foram analisadas então dezessete

áreas de contribuição de mananciais de abastecimento público da RH-VII e apontadas aquelas que demandam ações de conservação e recuperação da qualidade e quantidade de água, tendo em vista garantir a segurança hídrica da região.

Neste sentido, o CBH-R2R entende que uma importante estratégia para preservação das áreas produtoras de água, é a consolidação de uma política de pagamento por serviços ambientais na região. Assim, por meio do projeto Diagnóstico e Intervenção, o Comitê pretende incentivar a adoção de boas práticas agrícolas e ambientais.

O coordenador da Câmara Técnica Permanente Institucional Legal (CTPIL), Ocimar Teixeira, afirmou ter expectativas muito positivas para 2021. “Temos condições de realizar um belo trabalho na preservação e conservação dos recursos hídricos em sintonia com a promoção da qualidade de bem estar social do homem do campo. Além disso, estamos com muita expectativa também, que o programa de preservação de mananciais financiados pelo Ceivap também venha para criarmos uma sinergia que resulte em maior capacidade de ações que atendam aos interesses dos diversos segmentos envolvidos no processo”, ressaltou Ocimar Teixeira. ♦



► Ação do Projeto Diagnóstico e Intervenção junto a alunos do Colégio Estadual Rei Alberto I, localizado em uma das áreas prioritárias

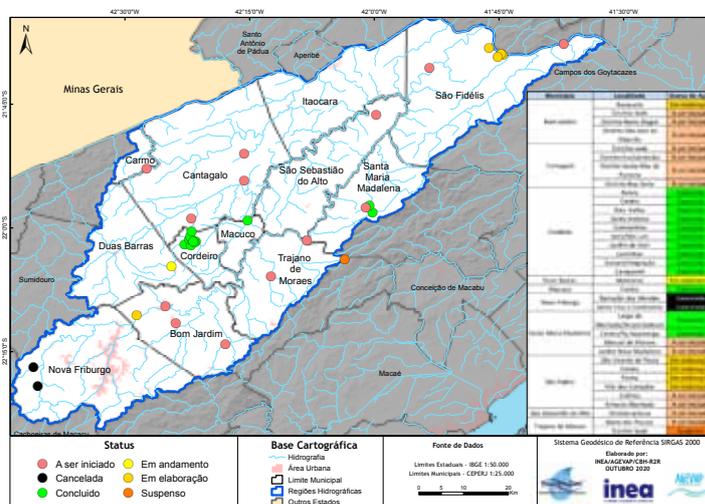
13 novas localidades da Bacia receberão investimentos do CBH-R2R

Desde 2013, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Dois Rios (CBH-R2R) tem destinado recursos da cobrança pelo uso da água para apoio a elaboração de Estudos e Projetos de Sistemas de Esgotamento Sanitário aos municípios de sua área de atuação. Para tanto, vem lançando editais públicos e tem investido recursos para elaboração desses projetos. Em um de seus Editais, cidades como Cordeiro, Santa Maria Madalena e Macuco foram contempladas com os projetos executivos.

Em 2020 foi lançado o Edital nº 006/2020 para elaboração de estudo de concepção, projetos básico e executivo e estudo ambiental para sistema de esgotamento sanitário na Região Hidrográfica VII, área de atuação do Comitê. O Resultado Final do Edital foi publicado em agosto com a divulgação da lista hierarquizada das localidades inscritas e habilitadas.

Perspectivas para a elaboração dos projetos

Para 2021 está prevista a execução de um Plano de Trabalho com os orçamentos dos projetos aprovados. Este planejamento deve contar com a participação dos



▼ Projetos Executivos de Sistema de Esgotamento Sanitário do CBH-R2R

gestores municipais eleitos para o novo mandato, já que é de suma importância que os municípios estejam trabalhando junto com a Agevap e o CBH nestes processos.

As publicações relativas ao Edital estão no site <http://www.agevap.org.br/edital-006-2020.php> 📍

Classificação	Proponente	Localidade inscrita
1º	Prefeitura Municipal de Cantagalo	Distrito-sede
2º	Prefeitura Municipal de Cantagalo	Euclidelândia
3º	Prefeitura Municipal de São Fidélis	Colônia
4º	Prefeitura Municipal de São Fidélis	Ernesto Machado
5º	Prefeitura Municipal de Cantagalo	Santa Rita da Floresta
6º	Prefeitura Municipal de Cantagalo	Boa Sorte
7º	Prefeitura Municipal de Santa Maria Madalena	Manoel de Moraes
8º	Prefeitura Municipal de Santa Maria Madalena	Jardim Nova Madalena
9º	Prefeitura Municipal de Bom Jardim	Distrito-sede
10º	Prefeitura Municipal de Trajano de Moraes	Barra dos Passos
11º	Prefeitura Municipal de Bom Jardim	Barra Alegre
12º	Prefeitura Municipal de São Sebastião do Alto	Ipituna
13º	Prefeitura Municipal de Bom Jardim	São José do Ribeirão

Este resultado foi publicado por meio da Resolução nº 069 (<http://cbhriodoisrios.org.br/resolucoes/cbh-r2r/2020/69.pdf>) que oficializa o resultado do edital dentro do âmbito do CBH.



No início de 2020 houve uma solenidade de lançamento, em parceria com as prefeituras municipais de Bom Jardim e de São Fidélis, do início da elaboração de projetos de Sistema de Esgotamento Sanitário para os dois municípios. Em 2015, os municípios foram hierarquizados pelo Comitê para receber estudos e projetos para seu sistema de esgotamento sanitário, financiados com a cobrança pelo uso da água. A hierarquização dos municípios, decorrente das inscrições nos Editais CBH – R2R nº 01/2013, nº 01/2014 e nº 01/2015, foi aprovada pela Resolução CBH – Rio Dois Rios nº 045 de 2015.

Confira o vídeo gravado com os representantes dos municípios ao final do evento e publicado no canal do Comitê Rio Dois Rios no Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=dWOJab8qzLY>



AGente das Águas: monitoramento dos rios e educação ambiental

Conhecer os rios de sua região é necessário para se estabelecer uma gestão participativa e promover a educação ambiental. Neste sentido, o Comitê de Bacia Hidrográfica Rio Dois Rios (CBH-R2R) está construindo uma parceria com Instituto Oswaldo Cruz – Fiocruz, para a implantação de um projeto de educação ambiental que envolve também o monitoramento participativo dos rios.

O Projeto denominado “AGente das Águas”, da Fiocruz, poderá ser implantado em toda a região hidrográfica do Rio Dois Rios. O objetivo é dar prioridade as Áreas de Interesse para Proteção de Mananciais (AIPMs) do CBH-R2R, porém, áreas fora das AIPMs também poderão ter a implantação deste projeto.

Em janeiro de 2020 o diretor-presidente do CBH-R2R, Lícius de Sá Freire, se reuniu com representantes da Fiocruz no Rio de Janeiro para conhecer melhor o projeto (foto). Na ocasião, Lícius declarou que “o CBH-R2R entende que existe uma sinergia muito grande dos resultados obtidos pelo programa da Fiocruz com o desenvolvimento da educação ambiental a ser



▼ Foto da Esq. p/ Dir.: José Augusto (coordenador do programa), Tatiana Oliveira, Maurício e Lia Fernandes (pesquisadores do laboratório) e o Lícius de Sá Freire (diretor-presidente do CBH-R2R).

implantada na região hidrográfica do Rio Dois Rios”.

A metodologia do AGente das Águas se baseia na capacitação técnica de agentes comunitários locais feita por profissionais da Fiocruz. Tal capacitação consiste no treinamento para a aplicação de metodologia de avaliação qualitativa dos cursos hídricos, utilizando os macroinvertebrados como bioindicadores. Com isso, seguindo os representantes da Fiocruz, a população local fica apta a realizar

a avaliação e o monitoramento dos rios de sua comunidade, estimulando o sentimento de pertencimento a comunidade daquele rio.

O processo envolvendo a parceria com a Fiocruz encontra-se em discussão sobre o conteúdo de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) a ser assinado entre a Fiocruz e a Agevap. Após o estabelecimento deste ACT haverá a construção de um plano de trabalho prevendo a implantação do projeto em 2021. ♦

Comitê ajusta seu Plano de Aplicação Plurianual

Em 2020, o Comitê Rio Dois Rios (CBH-R2R) teve que atualizar o seu Plano de Aplicação Plurianual (PAP). A atualização foi necessária pois o PAP, até então em vigor, possuía suas projeções orçamentárias com base no valor do Preço Público Unitário (PPU) da água em vigência até 2018. A diferença resultante do aumento do PPU não havia sido incorporada imediatamente ao PAP, necessitando então de um ajuste contábil para que estes recursos pudessem estar disponíveis para deliberação do CBH-R2R e respectiva aplicação pela delegatária.

Como as discussões no CBH-R2R ocorrem em nível de projetos executivos, as linhas de programas de aplicação dos recursos financeiros foram incorporadas aos projetos executivos tornando o PAP mais claro e de fácil entendimento. As linhas de programas ficaram agrupadas da seguinte forma: Saneamento (Editais SES e Contrapartidas para obras), Restauração Florestal (Projeto Diagnóstico

e Intervenção) e Educação Ambiental (Projeto AGente das Águas). Além destes projetos executivos específicos, também há previsão no PAP do Escritório de Projetos e Ações de Diretório. No entanto, cabe destacar que nenhuma linha de programa foi retirada ou acrescentada neste ajuste.

Este ajuste no PAP do R2R foi aprovado em Plenário e está em vigor através da Resolução CBH-R2R n° 067 de 19 de junho de 2020 e na Resolução do CERHI-RJ n°231 de 26 de agosto de 2020.

Um novo PAP terá que ser elaborado, mas ainda não foi realizado porque o Plano de Bacia do CBH-R2R está em processo de revisão. E, como o Plano de Bacia é o documento base que norteia as linhas de atuação do CBH, nada mais adequado que esperar o término do processo de revisão para que, com base no documento revisado, seja construído o novo PAP do CBH-R2R. ♦

Programa de Capacitação Técnica é redimensionado



▼ Arte: divulgação

Visando promover a capacitação continuada dos membros do CBH, instituições parceiras e população em geral, nos temas relacionados com a gestão de recursos hídricos e assim aprimorar a gestão das águas na região, o Comitê da Bacia Hidrográfica Rio Dois Rios (CBH-R2R), através do seu Diretório, lançou em 2020 o Programa de Capacitação Técnica. Em fevereiro foram abertas as inscrições para o primeiro módulo e foram um sucesso. Um total de 65 inscritos para 40 vagas. No entanto, com as medidas de isolamento social definidas para conter a disseminação do novo Coronavírus, o Programa de Capacitação Técnica foi repensado e redimensionado.

Antes da pandemia, o programa já estava dimensionado em módulos temáticos de um mês, com aulas uma vez por semana. Os módulos seriam compostos por aulas teóricas e práticas com previsões de saídas de campo. O primeiro módulo, Manejo de Bacias Hidrográficas, foi lançado em fevereiro com aulas previstas para iniciarem

em março. Tudo estava acertado com os tutores, local reservado através de uma parceria com o pólo CEDERJ de Nova Friburgo, até mesmo as inscrições realizadas e encerradas. Entretanto, devido à pandemia tudo teve que ser suspenso.

O CBH-R2R está avaliando como haverá a adaptação deste programa de capacitação a nova realidade de nossa sociedade. Já foi constatado que para a parte teórica não haverá grandes problemas na adaptação, pelo contrário, há possibilidade do aumento real do número de vagas transformando as aulas em aulas virtuais. No entanto, ainda existem pendências para planejar a logística das aulas práticas e visitas técnicas. O programa tem como diretriz associar as aulas teóricas com as atividades práticas.

O CBH-R2R está trabalhando para determinar a melhor configuração logística para manter e atender a esta diretriz, e assim promover a capacitação na região dos temas relacionados a gestão de recursos hídricos em 2021. ♣

quem somos:

Com sede no município de Nova Friburgo/RJ, o Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Rio Dois Rios teve sua criação aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos em 13 de novembro de 2003, sendo reconhecido e qualificado pelo Decreto Estadual nº 41.472, de 11 de setembro de 2008, cuja redação foi alterada pelo Decreto Estadual nº 45.460/2015. O Comitê tem como um dos seus objetivos promover a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da Região Hidrográfica VII (RH-VII) do Estado do Rio de Janeiro.

área de atuação:

A área de atuação do Comitê abrange, integralmente, os municípios de Bom Jardim, Cantagalo, Cordeiro, Duas Barras, Itaocara, Macuco e São Sebastião do Alto e, parcialmente, os municípios de Carmo, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, Trajano de Moraes e São Fidélis, situados na região serrana do estado do Rio de Janeiro.



composição (2019-2020)



Instituições Titulares e Suplentes

Av. Julius Arp, 85
Centro – Nova Friburgo/RJ
CEP: 28.623-000

☎ (22) 2523-4881
 📞 (24) 98855-0359
 ✉ cbhriodoisrios@agevap.org.br
 📘 @cbhrio2rios

<http://www.cbhriodoisrios.org.br/>



Comitê lança Atlas da Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana

Cerca de 70 pessoas conferiram o Webinar – Seminário online – realizado pelo Comitê de Bacia Hidrográfica Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBH-BPSI) no dia 19 de agosto para o lançamento do Atlas da Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, produzido pelo próprio Comitê. A transmissão ocorreu via Google Meet e, simultaneamente, via Youtube no canal do Comitê BPSI. Todo o evento está disponível para ser conferido no site <https://www.youtube.com/watch?v=ifkTpfY5cl0&t=1183s>.



A primeira parte do Webinar contou com as apresentações de três convidados. Primeiramente, o Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas (ANA), Sérgio Ayrimoraes, iniciou falando sobre a Gestão da Informação sobre Recursos Hídricos no Brasil. Ele destacou inclusive o novo



▼ Webinar lançamento do Atlas

portal do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNI-RH), falou da importância da utilização de diferentes instrumentos de gestão e relacionou o tema à iniciativa de produção do Atlas. Logo em seguida foi a vez do diretor-presidente da Agevap, André Marques, que ressaltou que o Atlas é fruto de um trabalho em

equipe, com custo mínimo financeiro e grande esforço do Comitê, e que poderá servir como fonte de informações principalmente na construção do Plano de Bacia da região. Depois foi a vez da Laís Costa, chefe do Serviço de Serviço de Gestão Ecológica do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), e que falou da importância



de dados geoespaciais para a gestão de recursos hídricos.

A segunda parte do Webinar foi reservada para os diretores do Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana. O diretor-presidente do CBH-BPSI, João Gomes de Siqueira (UENF), destacou trechos importantes do Atlas e explicou a divisão dos capítulos. O diretor administrativo, Vicente Oliveira (IFF), esclareceu as diferentes possibilidades de uso do seu conteúdo, seja em ambiente escolar, acadêmico ou para suporte a trabalhos técnicos. Já o diretor administrativo, Zenilson Coutinho (ASFLUCAN), homenageou as pessoas que lutaram pela criação do CBH-BPSI e destacou a importância de utilizar instrumentos de gestão para a melhoria da qualidade de vida na região e por isso “devemos valorizar a importância, a participação e a existência do Comitê”. O diretor secretário do CBH-BPSI, Carlos Ronald Macabu Arêas (Prefeitura Mun. Campos dos Goytacazes), destacou ainda a preocupação de que no processo de elaboração do Atlas, cada município fosse valorizado e se sentisse integrado e contemplado com as informações inseridas. O diretor administrativo, Fernando Costa, concluiu ressaltando o propósito do Atlas de “materializar e reunir dados e informações para buscar uma melhor compreensão do cenário em que vivemos”.

O público que acompanhou, em sua maioria, permaneceu até o final do evento e alguns participaram dando depoimentos sobre o Atlas. A diretora do Comitê Piabanha, Rafaela Facchetti, fez questão de parabenizar o CBH-BPSI e toda a equipe envolvida na produção destacando que teve acesso ao Atlas no site e que o trabalho, segundo ela, ficou “brilhante e muito bonito”. O presidente do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (Ceivap), Matheus Cremonese, ressaltou que o Atlas é “mais um material e uma referência para todos os trabalhos nessa amplitude toda de bacias hidrográficas que no final se somam, pois cada afluente tem sua importância, sua especificidade”.

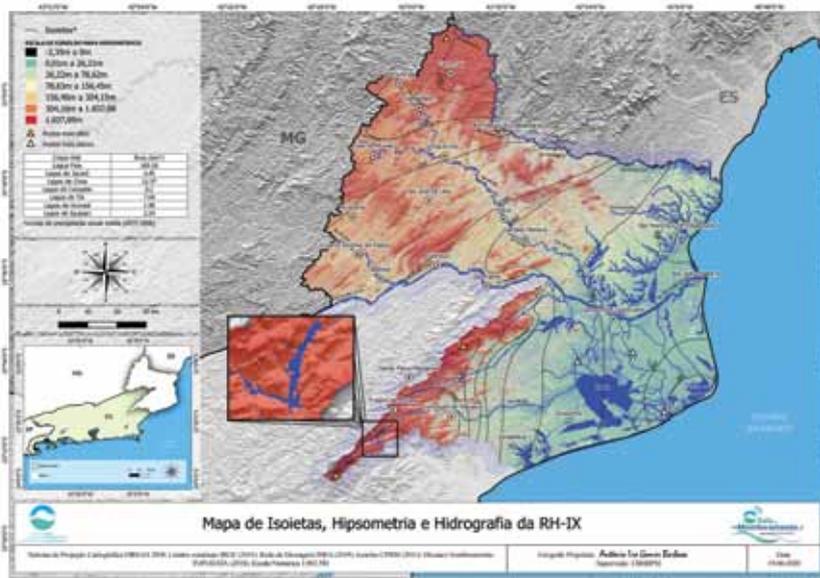
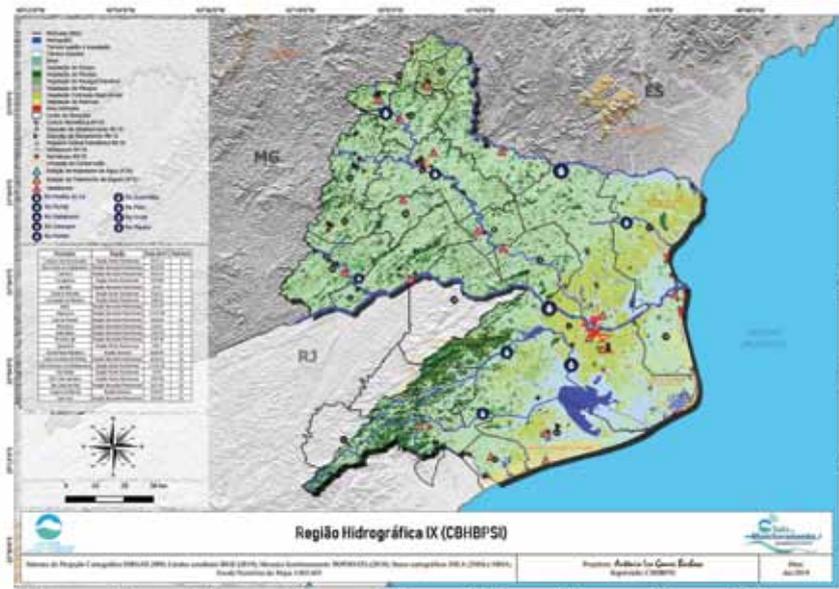
Por fim, toda equipe deu seu depoimento, falou do trabalho dos

estagiários, Leandro Freitas e Antônio Ivo, que atuam na Sala de Monitoramento do Comitê, com a elaboração de mapas, tabelas e gráficos inseridos no Atlas e contaram sobre o desafio de apresentar um trabalho que tivesse informações de qualidade e credibilidade.

O Atlas da Bacia Hidrográfica da região, em sua versão online, pode ser acessado gratuitamente no site www.cbhbaixoparaiba.org.br. A versão impressa está prevista para ficar pronta no final deste ano e, em seguida, será executado um planejamento de entrega de alguns exemplares para instituições que integram o Comitê através de seus membros. Ao longo de 2021 as

entregas deverão ser estendidas para outras instituições, conforme análise e aprovação da Diretoria do CBH-BPSI.

De acordo com o diretor-presidente do CBH-BPSI, João Gomes de Siqueira, a diretoria decidiu por entregar exemplares do Atlas para instituições que possuem membros na composição do Comitê, algumas outras instituições parceiras, incluindo de ensino, com a condição de que todos os municípios da área de atuação do Comitê recebam um exemplar. Este planejamento de entrega está sendo finalizado e será executado a partir de quando as impressões ficarem prontas, ao final de 2020, e será intensificado ao longo de 2021. ♦





Réguas instaladas pelo Comitê na região

Comitê reforça a instalação de réguas em rios da região

É comum durante o verão, entre dezembro e março, o aumento no volume das chuvas e consequentemente as cheias dos rios. O problema ocorre quando as enchentes registradas causam prejuízos a toda população. O controle das enchentes é um assunto de grande preocupação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBH-BPSI). Hoje o Comitê conta com uma Sala de Monitoramento, que possui uma equipe voltada para registrar e divulgar os dados numéricos dos corpos hídricos da região. Além disso, o Comitê tem ainda um Grupo de Trabalho para Manejo de Comportas (GTMC), criado em 2011, que trouxe avanços na gestão das situações de emergência dos canais e comportas da Baixada Campista com reflexos positivos na gestão de conflitos seculares da região.

O trabalho de instalação das réguas foi iniciado em 2018, antes mesmo da chegada dos estagiários técnicos. Após a chegada dos estagiários e do especialista em Recursos Hídricos, esse trabalho pôde ser ampliado e permitiu ao Comitê possuir dados mais fidedignos em relação à Região

Hidrográfica e subsidiar assim as tomadas de decisão do Comitê, principalmente aos trabalhos desenvolvidos pelo GTMC que atua diretamente analisando a abertura e fechamento das comportas na baixada campista.

As ações do GTMC, criado pelo Comitê em 2011, cresceu em credibilidade e aplicabilidade pela inserção destas réguas linimétricas que medem a cota, o nível da água, segundo o diretor-presidente do CBH-BPSI, João Gomes de Siqueira. “Com elas, conseguimos mensurar todo o balanço de água na Baixada Campista. É a primeira vez que é realizado um trabalho como esse de maneira permanente, contínua e periódica”, completou o diretor-presidente.

Este monitoramento diário, feito tanto pelas réguas da Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA) como pelas réguas instaladas pelo Comitê, de acordo com João “nos dá a percepção imediata de quais os pontos estão com nível elevado e nos coloca em alerta para a prevenção de desastres causados pelas enchentes. Para este trabalho de alerta de enchentes, passamos a adotar uma rotina operacional feita em parceria com a Defesa Civil”.

Os dados monitorados servem como base na gestão dos recursos hídricos. Recentemente foi criado o GT Desvios do Rio Paraíba do Sul para propor ações e mitigar os efeitos da seca na região.

O Comitê já instalou cerca de 50 pontos de réguas que estão espalhados pela região (foto). O diretor-presidente do CBH-BPSI acrescenta, porém que, “não temos ainda uma medição sistemática, a leitura periódica destas réguas. No entanto, com o equipamento de precisão que adquirimos, a parceria com o profissional da prefeitura de Campos e o trabalho do especialista em Recursos Hídricos do Comitê, Ednaldo Oliveira, que tem ido a campo, instalado as réguas e feito a leitura de algumas delas, temos evoluído bastante”.

Com a pandemia, o trabalho de campo foi reduzido, contudo, o objetivo do Comitê é que esse trabalho vá além da baixada campista e seja ampliado para outros corpos hídricos de sua área de atuação. ♦

► O especialista em Rec. Hídricos, Ednaldo Oliveira (à esq.) e o topógrafo da Prefeitura de Campos dos Goytacazes, Marcos Valério (à dir.), em trabalho de campo, verificando nível de réguas instaladas



Sobre as Réguas Linimétricas

O termo “régua linimétrica” se refere ao conjunto de réguas instaladas na seção de um rio para o informe das alturas de nível da água. Ao se instalar a régua linimétrica, está se criando uma estação fluviométrica, para obtenção de parâmetros da vazão do rio. O conjunto de réguas linimétricas deve ser devidamente referenciado a uma cota estabelecida e materializada no terreno, em marcos denominados Referências de Nível (RN).

Assista ao vídeo sobre um dos trabalhos de campo feitos pelo Comitê





Lagoa de Cima

Lagoas da região: como o Comitê tem atuado por sua preservação

Os conflitos em torno do uso da água estão diretamente relacionados a situações que decorrem da sua escassez quantitativa e qualitativa. De acordo com a Lei Estadual nº 3239/99, uma das atribuições dos Comitês de Bacia Hidrográfica é “dirimir, em primeira instância, eventuais conflitos relativos ao uso da água”. Neste contexto, pode-se dizer que o desafio se torna ainda maior pela grande diversidade existente no Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBH-BPSI).

A Região Hidrográfica IX, área de atuação do Comitê, além de abrigar a foz do próprio rio Paraíba do Sul, ainda contém outros rios importantes de domínio federal, como o Pomba e o Muriaé, e diversas lagoas, como as Lagoas de Cima, Feia e do Campelo. É a região que possui maior número de lagoas no estado do Rio de Janeiro, divididas entre a Baixada Campista e a Região Costeira.

Conforme descrito no recém lançado Atlas da Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, durante muitos anos houve conflitos entre pescadores, produtores e poder público por conta dos usos múltiplos da água. Com a criação em 2011 do Grupo de Trabalho de Manejo de Comportas (GTMC), passou-se a discutir qual é o melhor manejo a ser adotado para a abertura e fechamento das comportas do Canal das Flechas, do Terminal Pesqueiro, além das comportas do Paraíba.

Com orgulho, João Gomes de Siqueira fala que o GTMC é a iniciativa de maior sucesso do Comitê, depois da Sala de Monitoramento. “O GTMC ajudou a reduzir muito os conflitos pela água na baixada campista. Hoje, produtores rurais, pescadores e a sociedade como um todo respeitam e entendem as decisões tomadas pelo GT acerca das lagoas e da abertura e fechamento das comportas do Rio Paraíba do Sul e da Lagoa Feia. No entanto, mesmo havendo este entendimento por parte da maioria dos usuários de recurso hídricos da baixada campista, tem ocorrido atos de vandalismo em estruturas de comportas e abertura de barras de lagoas não autorizadas pelos órgãos competentes”, afirmou.

Para o diretor-presidente do Comitê, no entanto, os trabalhos de monitoramento no Rio Paraíba do Sul têm apontado que ainda é preocupante a falta de segurança hídrica, especialmente nos dias de estiagem, que perduram por cerca de oito meses no ano. “Temos excesso de água no período úmido e falta de vazão e contribuição tanto da calha como dos afluentes do Rio Paraíba do Sul, o que nos afeta profundamente na região do BPSI”, explicou João.

A região tem como característica os períodos de seca rigorosa devido à estiagem, mas também tem que lidar com o período das cheias durante o verão. Com esse acompanhamento feito pelo GTMC buscou-se reduzir ao máximo possível os excessos, seja fechando as comportas na época de cheia para não alagar as áreas baixas, seja abrindo as comportas na época de estiagem a fim de aduzir água para manutenção do sistema.

As lagoas e também alguns canais têm sido objeto de estudo diário do Comitê, principalmente após a implantação da Sala de Monitoramento. Em destaque estão: o Canal das Flechas, a Lagoa Feia, a Lagoa de Cima, a Lagoa da Ribeira e a do Campelo. João Gomes de Siqueira concluiu dizendo que “a equipe da Sala de Monitoramento tem mapeado sistematicamente a baixada campista e suas lagoas para subsidiar nossas ações de gestão”. ♠

O Comitê BPSI possui uma série de vídeos institucionais com conteúdos sobre suas ações e áreas de atuação. O material está disponível no Canal do Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana no Youtube. No site que está neste QR Code você pode conferir o vídeo sobre as “Lagoas do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana”. Confira!



Divulgados os resultados do edital de Sistema de Esgotamento Sanitário

O Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana iniciou o ano de 2020 com um evento de lançamento do Edital nº 007/2020. O edital abria as inscrições para os municípios da área de atuação do Comitê manifestarem interesse em receber estudo de concepção, projetos básico e executivo e estudo ambiental de sistema de esgotamento sanitário.

O resultado foi divulgado em setembro e apontou que cinco propostas serão contempladas com projeto:



▼ Evento de lançamento do Edital SES em 20/02/2020

Sub-RH Baixo Paraíba do Sul		
Posição	Proponente	Localidade inscrita
1º	Prefeitura Municipal de Itaperuna	Distrito sede
Sub-RH Itabapoana		
Posição	Proponente	Localidade inscrita
1º	Prefeitura Municipal de Varre-Sai	Bairros Santa Terezinha e José Roberto Ferreira
2º	Prefeitura Municipal de Varre-Sai	Bairro Nossa Senhora Aparecida
3º	Prefeitura Municipal de Varre-Sai	Bairro Santa Lúcia
4º	Prefeitura Municipal de São de São Francisco de Itabapoana	Praça João Pessoa

As inscrições hierarquizadas serão contempladas de acordo com a disponibilidade orçamentária e vigência deste Edital, e, ainda, calendário de atividade da Agevap, que atua como entidade delegatária de funções de agência de água na Região Hidrográfica Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.

A próxima etapa consiste na assinatura dos Termos de Cooperação Técnica para iniciar os procedimentos de contratação das empresas executoras através de Ato convocatório

O Edital nº 007/2020 foi lançado pelo Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana em fevereiro deste ano e, segundo o Comitê, busca por identificar demandas para elaboração de projetos de sistema de esgotamento sanitário, como forma de contribuir para o avanço do saneamento.

Os detalhes com todas as publicações relativas a este edital podem ser consultados no site <http://www.agevap.org.br/edital-007-2020.php>.

Falando em Edital...

Os trabalhos técnicos e científicos contemplados no **Edital nº 004/2018 - Auxílio financeiro para elaboração de trabalhos técnicos e científicos** - estão em fase final de execução. Os trabalhos foram financiados com recursos oriundos da cobrança pelo uso da água.

Para o diretor administrativo, Vicente de Oliveira, lançar editais como esses contribui muito para os trabalhos do Comitê. “É muito interessante que tenhamos essas produções acadêmicas vinculadas às demandas do Comitê. Nosso comitê em termos de área territorial é o maior do Estado do Rio de Janeiro e apresenta uma série de desafios

em termos de recursos hídricos. Por outro lado, temos uma arrecadação muito baixa. Portanto, esses trabalhos nos ajudam a levantar informações e dados que possam ser utilizados em nossas ações, estabelecer prioridades, entre outras iniciativas”, reiterou Vicente.

Ao todo foram 15 projetos beneficiados (graduação, mestrado e doutorado). Participam instituições como Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Instituto Federal Fluminense (IFF).

Acesse a lista de Projetos contemplados no site <http://agevap.org.br/conteudo/edital-resultado-final-04-2018.pdf>



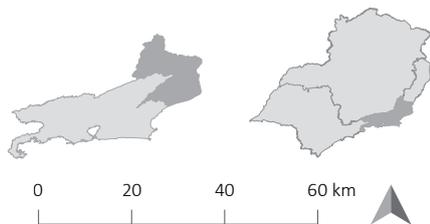
quem somos:

Com sede no município de Campos dos Goytacazes/RJ, o Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana foi instituído pelo Decreto Estadual nº 41.720, de 03 de março de 2009, cuja redação foi alterada pelo Decreto Estadual nº 45.584/2016. O

Comitê tem como objetivo promover a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da Região Hidrográfica IX (RH-IX) do Estado do Rio de Janeiro.

área de atuação:

A área de atuação do Comitê abrange, integralmente, os municípios de Campos dos Goytacazes, Quissamã, Natividade, São João da Barra, Cambuci, Itaperuna, São José de Ubá, Italva, Santo Antônio de Pádua, Cardoso Moreira, Aperibé, Miracema, Varre-Sai, São Francisco de Itabapoana, Porciúncula e Laje do Muriaé, assim como, parcialmente, os municípios de Trajano de Moraes, Conceição de Macabu, Carapebus, São Fidélis, Santa Maria Madalena e Bom Jesus do Itabapoana, situados na regiões norte e noroeste do Estado do Rio de Janeiro.



composição (2017-2020)

Diretoria

Plenária
30
membros

Câmara Técnica Consultiva

Grupos de Trabalho

- GT para Manejo de Comportas
- GT Plano de Bacia
- GT de Nascentes
- GT Lagoas Costeiras
- GT Desvios no Rio Paraíba do Sul

10
Poder
Público

- INEA • REDEC NORTE • FIPERJ • P.M. Campos dos Goytacazes • P.M. São João da Barra • P.M. Quissamã • P.M. Carapebus • P.M. Santo Antônio de Pádua • P.M. Cardoso Moreira • P.M. São Francisco de Itabapoana • P.M. Bom Jesus do Itabapoana • P.M. São Fidélis • P.M. São José de Ubá • P.M. Miracema • P.M. Natividade • P.M. Italva

10
Usuários
de Água

- Águas do Paraíba S/A • CEDAE Sind. Rural Campos dos Goytacazes • APROMEPS • ASFLUCAN • COAGRO • FIRJAN • SISERJ • COPAPA • ABRAGEL • Porto do Açu S/A • Pousada Ecorrural Rancho Ouro Preto • Colônia Z27

10
Sociedade
Civil

- NEA – BC • Rotary Club – Itaperuna • IDANNF • OAB • UENF • UFF • UFRRJ • IFF • Ecoanzol

Av. Alberto Lamego, nº 2.000 (UENF)
Prédio P5 - térreo (ao lado do Bradesco)
Parque Califórnia - Campos dos
Goytacazes/RJ
CEP: 28.013-602

 (22) 2725 9023

 (24) 98855-0929

 cbhbaixops@agevap.org.br

 @cbh.bpsi

<http://www.cbhbaixoparaiba.org.br/>





Representantes de Comitês de Bacias do RJ durante ENCOB 2019 em Foz do Iguaçu/PR

Prevenção: eventos adiados e adaptados reformulam agenda hídrica

Previamente marcado para acontecer entre os dias 18 e 20 de maio de 2020 em Penedo, distrito de Itatiaia-RJ, o VIII Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas (ECOB), foi um dos integrantes da agenda que reúne os eventos relacionados aos recursos hídricos, tanto em nível local como nacional, que teve que sofrer adaptações por conta da pandemia do novo Coronavírus.

Com a pandemia, pensou-se em cancelar o evento e realizá-lo em 2021. No entanto, os membros do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas (FFCBH) se reuniram e votaram pela realização de um evento em formato inédito, de Webinar, totalmente online, com três dias de programação. Até o fechamento da edição desta Revista, o FFCBH já havia aprovado a nova logomarca e a programação do evento, previsto para acontecer no início de dezembro de 2020.

O tema proposto é “Plano de Bacia e Saneamento Básico”, totalmente em consonância ao que vem sendo discutido pelos Comitês de Bacia do Estado devido aos trabalhos que estão em andamento e à aprovação do novo Marco do Saneamento.

Anualmente o ECOB reúne representantes dos nove comitês fluminenses, alunos de diferentes instituições de ensino, pesquisadores, órgãos gestores e especialistas em recursos hídricos, entre outros, para debater a gestão compartilhada da água, divulgar seus projetos e trocar experiência sobre recursos hídricos.

Pouco antes da realização do ECOB em formato de Webinar, foi anunciada uma Edição Especial do ENCOB, o Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, que aconteceu

na mesma semana do evento estadual, porém em horário diferente. Assim, um evento complementaria o outro em debates e informações para o público.

Diante da pandemia do novo Coronavírus, o Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH) decidiu adiar, para 2021, a sua realização em formato presencial. O adiamento foi anunciado na Carta nº 875/2020 do FNCBH (Criar QR Code com a legenda “acesse a carta no site <https://drive.google.com/file/d/1QMPtRewulw7d8-QOHFgn3MCyNOC-OsoaV/view>”). Nela, a coordenação do colegiado, juntamente com o Governo do Estado

do Paraná, informam que a decisão foi tomada visando

o salvaguardar a saúde dos participantes. O ENCOB em formato presencial estava previsto para outubro de 2021 em Curitiba/PR. A nova data ainda não foi fixada, pois os organizadores aguardam a retomada das atividades no país. De acordo com a orga-

nização, nesse ano, representantes de dezesseis fóruns estaduais haviam confirmado presença no evento que aconteceria entre 12 e 16 de outubro.

Outro exemplo de evento importante que sofreu alterações devido à pandemia foi a Brazil Water Week (Semana da Água no Brasil). Para 2020 o evento foi formatado para o ambiente virtual e marcado para 26 a 30 de outubro de 2020. O encontro, promovido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES, ocorreria de 28 a

30 de outubro, em São Paulo/SP.

Outras informações no site <http://www.abes-dn.org.br>.

Acesse a carta no site



PROTRATAR: integração entre comitês em prol da melhoria das águas

O PROTRATAR, Programa de Tratamento de Águas Residuárias do CEIVAP, Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, tem como principal objetivo reduzir os níveis de poluição hídrica observados na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul. Isso se dá por meio do aporte de recursos para implantação, implementação e ampliação de sistemas de esgotamento sanitário. O programa, que está em sua 3ª edição, é de grande impacto para a bacia, uma proposta de investimento que tem contribuído para a redução da poluição das águas e, ainda, beneficiado milhares de pessoas.

Neste contexto, os comitês afluentes são grandes parceiros do programa, apoiando tecnicamente e financeiramente os municípios que estão na sua área de abrangência. O apoio técnico consiste tanto em orientar os municípios com relação a documentação necessária para inscrição do programa, como também em acompanhar a contratação e elaboração de projetos executivos. O apoio financeiro pode vir na forma de recurso para a contrapartida, obrigatória no progra-

ma, e/ou no aporte de recurso para a contratação de projetos executivos de sistemas de esgotamento sanitário.

O **Comitê Rio Dois Rios** (CBH-R2R) é um exemplo de parceria bem sucedida. Na 2ª edição do PROTRATAR o Comitê apoiou o município de Santa Maria Madalena que foi contemplado com dois projetos: o Sistema de Esgotamento Sanitário do Centro/Itaporanga e Ampliação da rede coletora de esgotos contribuinte à ETE Largo do Machado/Arranchadouro. Ambos os projetos foram elaborados com recurso do próprio comitê, que foi responsável tanto pela contratação quanto pelo acompanhamento do projeto. Posteriormente, o CBH-R2R deu total apoio ao município para a inscrição no PROTRATAR e aportou o valor da contrapartida.

No PROTRATAR III (3ª edição) o comitê vem apoiando o município de Trajano de Moraes. Este mesmo município está sendo apoiado também pelo **Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana**, que aprovou aporte de contrapartida. Isto demonstra uma integração não somente entre comitês federal e estadual, mas também entre comitês estaduais.

O **Comitê Médio Paraíba do Sul** apoiou os municípios de Barra Mansa e Vassouras na 2ª edição do PROTRATAR, os quais infelizmente não foram contemplados, e nessa 3ª edição foi dado apoio aos municípios de Porto Real, Barra Mansa, Vassouras e Paty do Alferes. Barra Mansa tem chance de ser contemplado esse ano e segue recebendo apoio do Comitê.

O **Comitê Piabanha**, por sua vez, apoiou o município de Sumidouro, aportando o valor da contrapartida e dando orientação para a inscrição, porém o município estava com pendências no projeto técnico e decidiu por não continuar no programa.

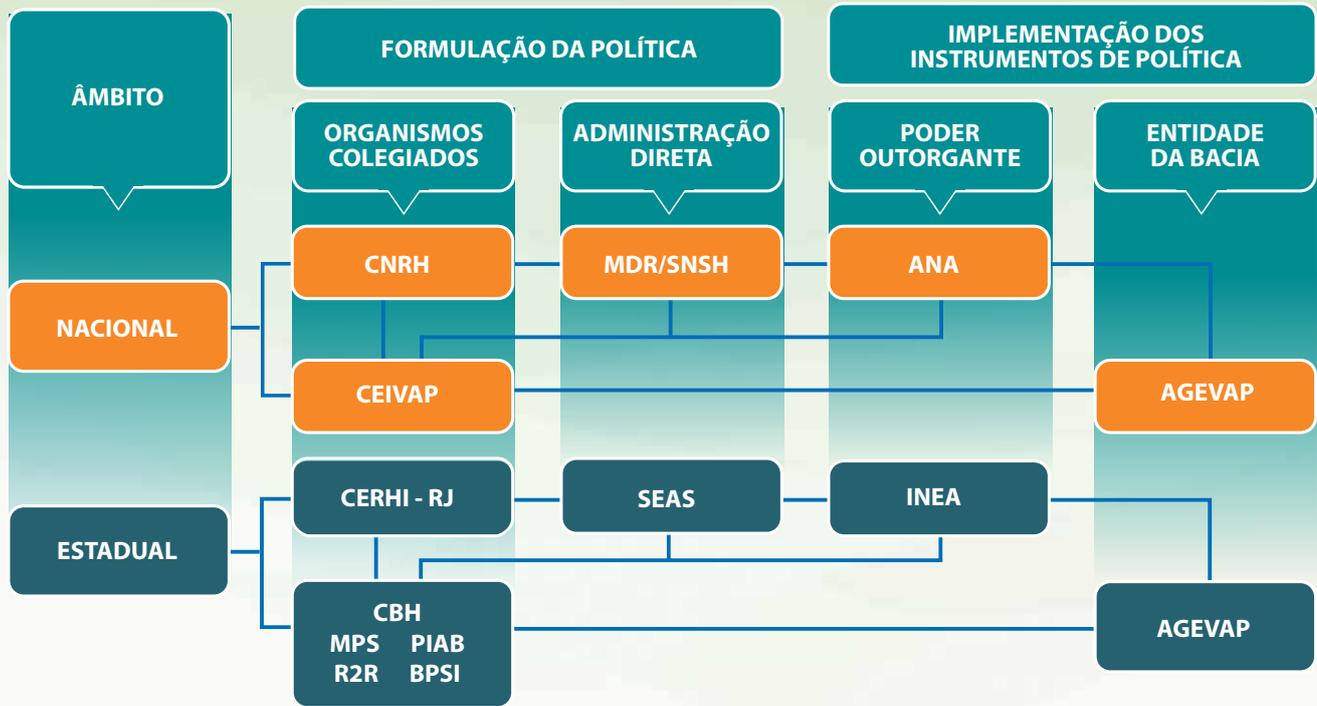
Essa parceria entre CEIVAP e Comitês afluentes é fundamental para a melhoria da qualidade das águas da bacia do rio Paraíba do Sul. Dessa forma é possível unir forças e recursos para alcançar a redução das cargas poluidoras na bacia.

MAIS sobre o PROTRATAR

Com o intuito de incentivar a operacionalização de ações efetivas no âmbito do saneamento, na vertente do esgotamento sanitário, o PROTRATAR foi criado em 2017 e desde então vem alavancando recursos visando a redução de cargas poluidoras na bacia do Paraíba do Sul. O aporte de recursos para as três edições do Programa totaliza um montante de aproximadamente R\$ 70 milhões.



MATRIZ E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS



CNRH- Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

MDR- Ministério do Desenvolvimento Regional.

SNSH- Secretaria Nacional de Segurança Hídrica.

ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

CEIVAP- Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

AGEVAP- Agência da Bacia do Rio Paraíba do Sul.

CERHI RJ- Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro.

SEAS- Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade.

INEA- Instituto Estadual do Ambiente.

CBH MPS- Comitê da Bacia da Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul.

CBH PIAB- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha e Sub-Bacias Hidrográficas dos Rios Paquequer e Preto.

CBH R2R- Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Rio Dois Rios.

CBH BPSI- Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.

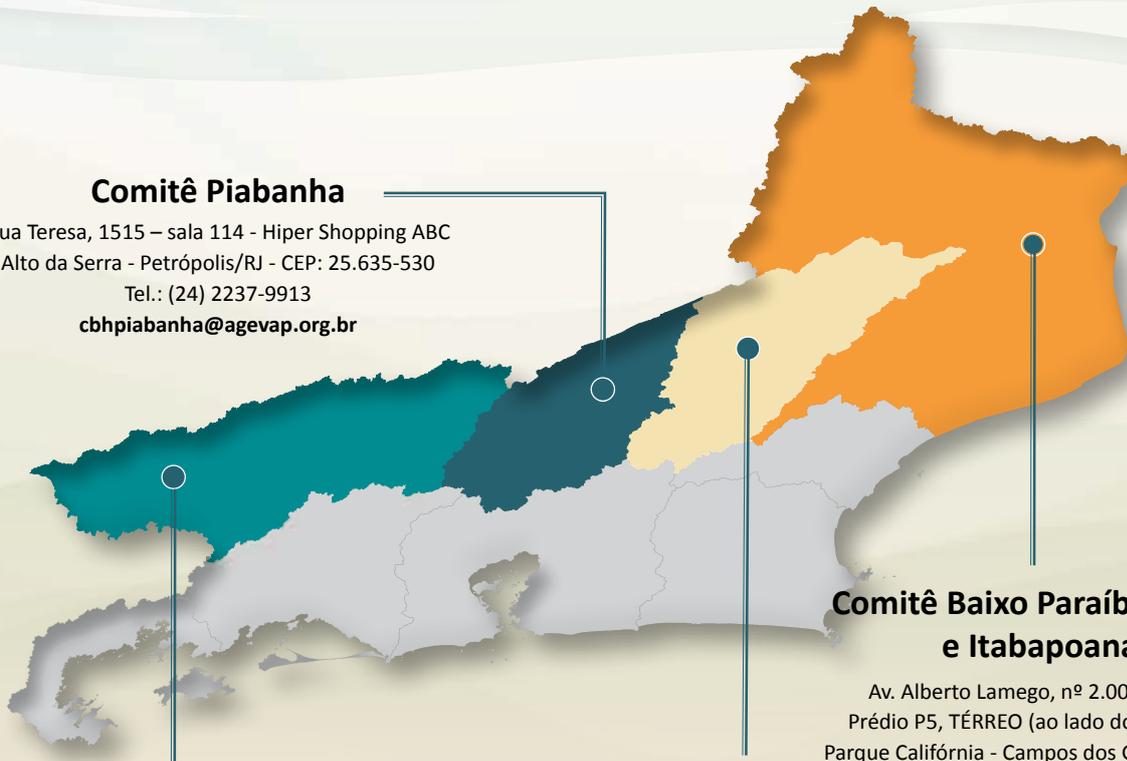
Comitê Piabanha

Rua Teresa, 1515 – sala 114 - Hiper Shopping ABC

Alto da Serra - Petrópolis/RJ - CEP: 25.635-530

Tel.: (24) 2237-9913

cbhpiabanha@agevap.org.br



Comitê Médio Paraíba do Sul

Rua Cincinato Braga, 221 - Atarrado

Volta Redonda/RJ - CEP: 27.213-040

Tel.: (24) 3337-5661

cbhmediops@agevap.org.br

Comitê Rio Dois Rios

Av. Julius Arp, 85 - Centro

Nova Friburgo/RJ - CEP: 28.623-000

Tel.: (22) 2523-4881

cbhriodoisrios@agevap.org.br

Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana

Av. Alberto Lamego, nº 2.000 (UENF)

Prédio P5, TÉRREO (ao lado do Bradesco)

Parque Califórnia - Campos dos Goytacazes/RJ

CEP: 28.013-602

Tel.: (22) 2725-9023

cbhbaixops@agevap.org.br